

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO - PPGeo



MARCONI PENHA SOARES FILHO

**OS DESAFIOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS COMUNIDADES
MORADA NOVA E LAGES, FRENTE À (DES) ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO
DE PINDARÉ-MIRIM/MA**

Dissertação de Qualificação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior.

São Luís

2023

MARCONI PENHA SOARES FILHO

**OS DESAFIOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS COMUNIDADES
MORADA NOVA E LAGES, FRENTE À (DES) ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO
DE PINDARÉ-MIRIM/MA**

Dissertação de Qualificação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

José Sampaio Mattos Júnior (Orientador)

Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Allison Bezerra Oliveira (Examinador 01)

Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Savio José Dias Rodrigues (Examinador 02)

Doutor em Geografia
Universidade Federal do Maranhão

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus por ter me presenteado com o dom da vida.

Aos meus pais, filhos e esposa, que me incentivaram e apoiaram durante todo este processo de aprendizado e crescimento intelectual.

Ao professor José Sampaio Mattos Júnior por ter aceito o desafio de dividir comigo essa empreitada, auxiliando nesta pesquisa.

AGRADECIMENTO

A Deus, o cerne da minha existência e o maior incentivo à busca dos meus objetivos, por todas as realizações que tem me proporcionado e pela força e discernimento que me fazem compreender e superar as dificuldades da vida.

À minha família pelo incentivo a minha formação pessoal e profissional, que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida, a quem devo tudo que sou hoje e o que eu conquistar no dia de amanhã.

Ao professor José Sampaio Mattos Júnior pela orientação e pelas palavras sinceras que me permitiram encontrar a direção acertada para conduzir a realização da minha pesquisa, pelo seu incentivo, inspiração e estímulo para finalizar o processo, além da paciência necessária nos últimos momentos.

Aos colegas de turma que foram presentes nesta caminhada, pelas experiências que trocamos e por todos os momentos que nos uniram em busca de um ideal comum.

Aos professores pela paciência, perseverança, e dedicação a nós alunos, que nem sempre soubemos aproveitar, nos mostraram os caminhos com sabedoria.

Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para elaboração deste trabalho e que torceram pelo meu sucesso ao longo desses anos.

“A força de vontade do agricultor associada a assistência e a extensão rural traz fertilidade ao solo e alimento à mesa”.

Rafael Nolêto

RESUMO

O presente estudo buscou analisar as consequências da política pública de assistência técnica aplicada pelo governo do Estado do Maranhão aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim/MA, tendo em vista diminuir as desigualdades sociais no campo. De modo mais específico pretendeu-se verificar quais agricultores familiares recebem atenção dos técnicos responsáveis por implementar as políticas públicas de ATER do governo estadual maranhense e conhecer como os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages continuam desenvolvendo as suas atividades. Para tanto, realizou-se uma pesquisa aplicada, com estudo de caso exploratório-descritivo e abordagem quantitativa-qualitativa, tendo o questionário semiestruturado como instrumento da coleta de dados. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a maior parcela dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim/MA é composto por indivíduos do sexo masculino, com idade equivalente ao intervalo entre 45 e 54 anos. Possuem baixo nível de escolaridade, a maioria possui no máximo o ensino fundamental e renda média mensal da família de até um salário mínimo. Observou-se que as “visitas técnicas” recebidas pelos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages por parte da equipe técnica do governo estadual não pode ser considerada na íntegra uma metodologia de ATER. Isso se justifica principalmente pela ausência de um planejamento prévio, não existe uma frequência regular e, sobretudo, não atende muitas das vezes as reais necessidades dos agricultores familiares. Geralmente, as “visitas técnicas” realizadas pelos técnicos da AGERP/MA são baseadas no colhimento de dados e/ou informações acerca da propriedade rural e em seguida são alimentadas no Sistema Tekhne. C Monitore. Comumente as “visitas técnicas” são realizadas durante o período do plantio. Diante disso, percebeu-se que as políticas públicas implementadas pelo governo maranhense é praticamente inexistente, o que contribui para acentuar a pobreza e a desigualdade social no campo. Diante desse cenário preocupante e ao mesmo tempo desafiador, recomenda-se a criação de Conselhos Locais de ATER, estabelecimento de parcerias com outras instituições como é o caso do SENAR e uma maior atuação dos órgãos de fiscalização e controle para que os direitos do agricultor familiar no tocante ao recebimento de assistência técnica sejam efetivados na sua essência, tendo em vista contribuir para melhoria da sua qualidade de vida.

Palavras-chaves: ATER. Desafio. Agricultor Familiar. Pindaré-Mirim,

ABSTRACT

The present study sought to analyze the consequences of the public technical assistance policy applied by the government of the State of Maranhão to family farmers in the Morada Nova and Lages communities, located in the municipality of Pindaré-Mirim/MA, with a view to reducing social inequalities in the countryside. More specifically, the aim was to verify which family farmers receive attention from the technicians responsible for implementing the ATER public policies of the Maranhão state government and to understand how family farmers in the Morada Nova and Lages communities continue to develop their activities. To this end, applied research was carried out, with an exploratory-descriptive case study and a quantitative-qualitative approach, using a semi-structured questionnaire as a data collection instrument. The research results showed that the largest portion of family farmers in the Morada Nova and Lages communities, located in the municipality of Pindaré-Mirim/MA, is made up of males, aged between 45 and 54 years. They have a low level of education, most have at most primary education and an average monthly family income of up to one minimum wage. It was observed that the “technical visits” received by family farmers from the Morada Nova and Lages communities by the state government's technical team cannot be fully considered an ATER methodology. This is mainly justified by the lack of prior planning, there is no regular frequency and, above all, it often does not meet the real needs of family farmers. Generally, the “technical visits” carried out by AGERP/MA technicians are based on the collection of data and/or information about the rural property and are then fed into the Tekhne System. C Monitor. “Technical visits” are commonly carried out during the planting period. Therefore, it was realized that the public policies implemented by the Maranhão government are practically non-existent, which contributes to accentuating poverty and social inequality in the countryside. Faced with this worrying and at the same time challenging scenario, it is recommended the creation of Local ATER Councils, the establishment of partnerships with other institutions such as SENAR and greater action by inspection and control bodies so that the rights of family farmers regarding the receipt of technical assistance are carried out in essence, with a view to contributing to improving their quality of life.

Keywords: ATER. Challenge. Family Farmer. Pindaré-Mirim,

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01:	Recebeu assistência técnica por parte dos técnicos do governo estadual.....	49
Gráfico 02:	Principal cultura desenvolvida pelos agricultores familiares.....	51
Gráfico 03:	Momento em que recebeu assistência técnica.....	55
Gráfico 04:	Principais tipos de assistência técnica recebidas.....	57
Gráfico 05	Principais benefícios das políticas públicas de ATER.....	60

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ:	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ATER:	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF:	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR:	Cadastro Ambiental Rural;
CONSEA:	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
FETAEMA:	Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão
IMESC:	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
MAB:	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA:	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST:	Movimento Sem Terra
PAA:	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAT:	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rural
RBPSSA:	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
SAF:	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar;
SDT:	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRO:	Sistema de Agricultura e Pecuária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS COMO FORMA DE COBRANÇA DE UMA EXTENSÃO RURAL QUE AUMENTE A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	15
2.1	A extensão rural como ponto de partida para consolidação das territorialidades da agricultura familiar.....	19
2.2	2 Morada Nova e Lages como expressões de territórios de resistências e lutas.....	24
2.3	A territorialidade na agricultura familiar e os desafios do rural contemporâneo.....	28
3	POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DE ATER E SEUS DESAFIOS NO ESTADO DO MARANHÃO.....	31
3.1	Descontinuidade da política pública de ATER.....	37
3.2	Principais impactos dos desmontes de ATER's.....	40
4	MORADA NOVA E LAGES E OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL	43
5	CONCLUSÃO.....	63
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICES.....	74

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma atividade econômica sensível, no sentido de que a intervenção do governo através de políticas públicas necessita ser muito bem planejada, organizada e executada, com o objetivo de atender de fato as reais necessidades do agricultor familiar. Por exemplo, cita-se que não adianta fomentar as políticas públicas se num primeiro momento não ouvir o público-alvo que será beneficiado e, a partir daí, compreender as suas relações culturais, o tipo de cultivo para determinada espécie de lavoura, dentre outros aspectos.

Durante a minha vida acadêmica e profissional (graduado em Educação do Campo pela Universidade Federal do Maranhão e Especialista em Engenharia Ambiental pela Universidade CEUMA), além de muitos anos trabalhando de experiência profissional como extensionista tive muitos contatos e casos exitosos com os agricultores familiares da região de Pindaré-Mirim. Diante disso, pude constatar a importância que a assistência técnica e a extensão rural possuem para o homem do campo, principalmente quando deseja aumentar a sua produção, ser inserido no mercado e desenvolver todo um ciclo dentro dos padrões da agroecologia.

As comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim foram selecionadas pelo fato de ter trabalhado como extensionista nessas localidades, orientando e capacitando os agricultores familiares a desenvolverem as suas atividades de modo que atenda as suas necessidades de subsistência e/ou de produção para comercialização, como também em consonância com os princípios básicos da sustentabilidade ambiental.

Na comunidade Morada Nova pude perceber que o principal cultivo desenvolvido pelos agricultores familiares é o arroz de várzea, farinha e a criação de peixes. Já na comunidade Lages, a produção agrícola dos agricultores familiares é baseada no arroz de várzea, feijão e farinha. Estes produtos normalmente fazem parte da dieta nutricional do respectivo público-alvo. Porém, a escassez de ATER interfere de modo bastante acentuado na produção e no comercialização.

A ausência de profissionais de ATER para prestar a devida assistência aos agricultores familiares contribui não apenas para marginalização do respectivo público-alvo, mas, sobretudo, colabora para implementar técnicas rudimentares no que diz respeito ao plantio e a colheita da sua produção agrícola, causando, assim, profundos danos ao meio ambiente e a sociedade numa perspectiva mais abrangente.

A escolha pelo referido tema “Os desafios dos agricultores familiares nas comunidades Morada Nova e Lages, frente à (des) articulação das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural no município de Pindaré-Mirim”, justifica-se pelo fato de compreender que o

formato da política pública de ATER fomentada pelo governo do estado do Maranhão chega de forma desigual aos agricultores familiares, sobretudo, àqueles que estão localizados nas comunidades Morada Nova e Lages em Pindaré-Mirim/MA

A forma desigual como as políticas públicas de ATER desenvolvidas pelo governo maranhense chegam aos seus agricultores familiares contribui para desarticulação das ações de assistência técnica e extensão rural, o que consecutivamente, tende a causar danos ao respectivo público-alvo. Este, por sua vez, depende da atuação estatal para impulsionar a sua produção e, posterior, inserção no mercado

Esse cenário de não continuidade das políticas públicas estaduais de assistência técnica e extensão rural nas comunidades Morada Nova e Lages se torna um desafio aos agricultores familiares, como também colabora diretamente para o desenvolvimento de práticas degradantes ao meio ambiente como é o caso da roça no toco, que resulta no empobrecimento da terra, que perde os seus principais nutrientes. Com a degradação do solo, os agricultores familiares ficam sem a sua principal fonte de renda, o que acentua o processo de desigualdades sociais no campo. Portanto, percebe-se que o tipo de política pública de assistência técnica e extensão rural praticada pelo governo estadual maranhense é oposta às políticas públicas de ATER do governo federal, que visam promover o desenvolvimento rural sustentável e a qualidade de vida dos seus beneficiários, conforme descrito nos incisos I e IV, da Lei Federal nº 12.188/2010, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Outro fator que reforça a justificativa pela escolha do tema proposto é a escassez de trabalhos de cunho científico que correlacione a desarticulação das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural do governo do Estado do Maranhão aos agricultores familiares, que residem nas comunidades Morada Nova e Lages no município de Pindaré-Mirim/MA. A realização de pesquisas e estudos de caráter científico se torna um fator preponderante para melhorar e ao mesmo tempo subsidiar as políticas públicas governamentais destinadas a agricultura familiar nas respectivas localidades, gerando principalmente mais renda e qualidade de vida ao respectivo público-alvo beneficiário.

O problema que motivou o interesse em desenvolver a presente pesquisa está fundamentado na seguinte questão: “Como políticas pública de assistência técnica e extensão rural do governo do Estado do Maranhão é desenvolvida nas comunidades Lage e morada Nova para garantia da segurança alimentar?”

A pergunta supracitada denota a complexidade da pesquisa, uma vez que correlaciona a atuação do ente público estadual, com as desigualdades sociais encontradas no campo, mas,

precisamente pelos agricultores familiares, que na maioria das vezes são totalmente dependentes da ação do Estado para garantir o mínimo existencial possível.

Quando as políticas públicas de ATER fomentadas pelo governo estadual maranhense chega de forma desigual aos agricultores familiares, deixa-os mais vulneráveis e propensos a desenvolver do seu modo as técnicas necessárias para o cultivo da lavoura e demais atividades agrícolas, o que consecutivamente potencializa os riscos de degradação ambiental. Além disso, acentuam as desigualdades sociais do campo, que se configura como um grave fator para a melhoria da qualidade de vida do respectivo público-alvo.

O resultado disto é a presença de grandes queimadas na região, principalmente quando se muda a época de determinados cultivos como o arroz, milho e feijão. As queimadas para desenvolver o plantio em pequenas proporções alteram sobremodo o solo, fazendo com que o mesmo perca os seus nutrientes e a sua capacidade de absorção da água da chuva e fertilidade. Esta técnica está fora dos padrões sustentáveis e acentua o processo de degradação do solo. Em um curto espaço de tempo o agricultor familiar poderá perder o seu principal bem que é a “terra fértil”, ficando ainda mais marginalizado econômica e socialmente.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as consequências da política pública de assistência técnica aplicada pelo governo do Estado do Maranhão aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim/MA, tendo em vista diminuir as desigualdades sociais no campo.

Como objetivos específicos destacam-se os seguintes:

- Verificar quais agricultores familiares recebem atenção dos técnicos responsáveis por implementar as políticas públicas de ATER do governo estadual maranhense;
- Conhecer como os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages continuam desenvolvendo as suas atividades

Com relação aos procedimentos metodológicos, destaca-se que será realizada uma pesquisa aplicada, com estudo de caso exploratório-descritivo e abordagem quantitativa-qualitativa. Os sujeitos da pesquisa serão os agricultores familiares, das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município do município de Pindaré/MA que receberam a assistência técnica prestada pelos técnicos e engenheiros agrônomos do governo do Estado do Maranhão a mais de três anos, sendo este o critério de inclusão. Já o critério de exclusão será justamente o contrário da afirmativa acima citada. O universo será formado pelos agricultores familiares do referido município e a amostra será aleatória, sendo composta por 40 (quarenta) destes indivíduos.

Durante o curso de mestrado foram realizadas algumas vistas *in loco* nas comunidades Morada Nova e Lages em Pindaré-Mirim. Na oportunidade, os agricultores familiares relataram que as principais culturas agrícolas desenvolvidas foram: mandioca, milho e feijão. Além disso, algumas horticulturas como: couve, coentro, cebolinha, quiabo, tomate e amendoim também foram citados pelos agricultores familiares dessas comunidades.

A coleta de dados será realizada entre os meses de junho a agosto de 2023. O instrumento utilizado para coleta de dados será um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e sobre quais são as principais consequências da política pública estadual de assistência técnica na vida dos agricultores familiares residentes nas comunidades de Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré, com vistas a diminuição das desigualdades sociais do campo.

A análise dos dados será feita com o auxílio computacional de editores de planilha. Na oportunidade serão construídos gráficos que evidenciarão as respostas dos indivíduos pesquisados para posterior discussão.

Esta tese de mestrado está subdividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma reflexão conceitual sobre a articulação dos movimentos socioterritoriais como forma de cobrança de uma extensão rural que aumenta a segurança alimentar, bem como as principais características e conceitos de território, a questão da territorialidade na agricultura familiar e os desafios do rural contemporâneo e a extensão rural como ponto de partida para consolidação das territorialidades da agricultura familiar.

O segundo capítulo aborda a articulação dos movimentos socioterritoriais como forma de cobrança de uma extensão rural que aumente a segurança alimentar. O terceiro capítulo destaca as políticas públicas estadual de ATER e seus desafios no Estado do Maranhão, assim como a descontinuidade da política pública de ATER. Já o quarto capítulo apresenta as características das comunidades Morada Nova e Lages e dos desafios da extensão rural.

Portanto, este estudo é relevante ao pesquisador pelo fato de contribuir para uma melhor compreensão da temática. Para sociedade civil é importante porque ajuda a compreender o impacto da descontinuidade da política pública estadual de assistência técnica e extensão rural na vida dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, do município da Pindaré-Mirim/MA, com vistas a diminuir as desigualdades sociais no campo e o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Para comunidade acadêmica é relevante porque serve de base e fonte para novas pesquisas.

2 A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS COMO FORMA DE COBRANÇA DE UMA EXTENSÃO RURAL QUE AUMENTE A SEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com Mendonça (2018), as relações sociais muitas vezes ultrapassam os limites físicos dos territórios, tendo uma abrangência maior no que diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e culturais. Diante disso, é comum grupos de pessoas estarem localizadas em territórios diferentes, mas, possuírem as mesmas formas de governo, formarem blocos econômicos e terem os mesmos aspectos culturais. Isso dá a sensação de proximidade, de laços fraternos e, sobretudo, de apoio institucional em torno de um objetivo comum.

É diante desse cenário que surgem os movimentos socioterritoriais, que na visão de Fernandes (2005) podem ser compreendidos como sendo um grupo de pessoas que ambientam em diferentes territórios, isto é, espaços físicos delimitados, mas, que possuem características culturais, políticas, econômicas e objetivos comuns, passando a atuar em diversas macrorregiões, formando assim, uma rede de relações, com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Dessa forma, os movimentos socioterritoriais possuem uma grande abrangência, pois inúmeros indivíduos se veem representados neles, principalmente quando o objetivo final diz respeito a efetivação da cobrança junto ao poder público para terem os seus direitos e garantias previstos em lei outorgados na sua essência.

Segundo Reis *et. al.* (2019), os movimentos socioterritoriais geralmente se iniciam de modo isolado, sendo formado por um pequeno grupo de pessoas. Este, por sua vez, tende a buscar apoio em territórios próximos, “vizinhos”, com o objetivo de apresentar as suas propostas e/ou ideologias e, a partir daí, trabalharem conjuntamente para alcançar os seus objetivos comuns que normalmente consiste em busca de melhores condições de vida. Isso vai ganhando proporções cada vez maiores, principalmente quando os resultados benéficos começam a aparecer, pois os movimentos socioterritoriais cobram ações das diferentes esferas do governo, que se vê pressionado e passa a fomentar políticas públicas para o respectivo “grupo de pessoas e seus territórios”.

A construção desses espaços e seus dimensionamentos políticos, econômicos e culturais são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade da sua comunidade. Vale ressaltar que não existe transformação da realidade sem a criação de espaços bem definidos, nos quais os indivíduos possam externar os seus pensamentos, ideias e, sobretudo, cobranças junto ao Estado para que os seus direitos sejam, enfim, efetivados. É uma luta diária, às vezes, marcada por preconceitos e discriminações. Mas, a insistência dos

movimentos socioterritoriais tem sido importante para melhoria da qualidade de vida desses indivíduos através da cobrança de ATER junto ao governo.

Segundo Fernandes (2005), a história dos movimentos socioterritoriais no Brasil datam da segunda metade da década de 90, tendo o geógrafo francês Jean Yeves como um dos seus principais representantes, pois acompanhou de perto a luta dos Movimentos Sem Terra e as reais necessidades no tocante a escassez e segurança alimentar. Além disso, intermediou conversas com membros do poder Executivo e Legislativo sobre a eminente urgência de o país aprovar a “Reforma Agrária”, bem como das diferentes esferas de governo fomentarem políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de potencializar a produção agrícola dos indivíduos e seus familiares pertencentes aos movimentos socioterritoriais e, consecutivamente, garantir a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida do respectivo público-alvo.

No decorrer dos anos os movimentos socioterritoriais tem acentuado a cobrança junto as diferentes esferas de governo para uma melhor política de extensão rural, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional nas suas respectivas comunidades/povoados. Isso se justifica porque a extensão rural se configura como um processo de educação extraescolar, que visa capacitar os agricultores familiares e suas famílias para melhor utilização da terra, desenvolver os seus cultivos agrícolas e, sobretudo, contribuir para melhoria da qualidade de vida dos beneficiários (VIEIRA, *et. al.* 2015)

Nota-se que a extensão rural possui uma importância significativa para garantir a segurança alimentar dos movimentos socioterritoriais, pois através dessa ferramenta os agricultores familiares aprendem a lidar melhor com a terra e a desenvolver os seus cultivos agrícolas que irão satisfazer as suas reais necessidades. Para tanto, o governo precisa fomentar políticas públicas de ATER de modo consistente e perene.

Um bom exemplo a ser citado de como os movimentos socioterritoriais atuam na cobrança de políticas públicas como é o caso da extensão rural e, conseqüentemente, colabora para garantir a segurança alimentar foi a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rural (PRONAT), que objetiva viabilizar um conjunto de ações através do apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais identificados e selecionados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolveu uma série de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares envolvidos nos movimentos socioterritoriais.. Ou seja, os territórios passam a receber ações contínuas tendo em vista promover o planejamento, a implementação e a autogestão de desenvolvimento sustentável nos territórios rurais (GREGOLIN, *et. al.* 2015).

De acordo com os dados do estudo realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (RBPSSA, 2022), o Maranhão é o sexto Estado da Federação com o maior contingente populacional passando fome, dados da pesquisa revelam que aproximadamente 30% da população maranhense, que é de quase 7 milhões de habitantes (IBGE, 2022), atualmente se encontram em situação de insegurança alimentar. Ou seja, cerca de 2 milhões de pessoas no Maranhão não sabem quando farão a sua próxima refeição. Apenas 22,9% dos maranhenses possuem acesso adequado à alimentação.

Dando ênfase ao assunto, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2022) divulgou dados do perfil da população maranhense em situação de insegurança alimentar, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 1: Perfil da população maranhense em insegurança alimentar

VARIÁVEIS	PORCENTAGEM (100%)
Sexo	
Masculino	49,4%
Feminino	50,6%
Idade	
Até 12 anos	19,9%
Entre 12 e 18 anos	24%
Entre 19 e 40 anos	40,5%
Acima de 60 anos	15,5%
Localização do domicílio	
Zona Urbana	39,8%
Zona Rural	60,2%
Raça	
Negro	69,6%
Pardo	17,6%
Branco	12,8%
Renda média mensal familiar	
Até ½ salário mínimo	35,5%
1 Salário	34,6%
Entre 1 e 2 salários mínimos	29,9%

Fonte: IMESC (2022, p. 2)

Percebe-se que a insegurança alimentar é um grave problema socioeconômico e de saúde pública no Maranhão, pois quanto menor for o acesso das pessoas a uma alimentação saudável e em quantidade adequada problemas de saúde física tende a aumentar, tais como: a desnutrição, baixa imunidade, baixo crescimento e desenvolvimento das crianças, além de estarem mais vulneráveis e suscetíveis a determinados tipos de doença.

Diante desse cenário, os movimentos socioterritoriais como é o caso do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), e o próprio Movimento Sem Terra (MST) tem cobrado dos últimos governos estaduais maranhense ações que visem potencializar a assistência técnica e a extensão rural, com o objetivo de garantir mais segurança alimentar aos agricultores familiares pertencentes povos e comunidades em situação de vulnerabilidade social e alimentar (AGERP/2023).

Em resposta a presente demanda, o governo do Estado do Maranhão assinou um acordo com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) para viabilizar assistência técnica e extensão rural às mulheres maranhenses que são chefes de famílias e dependem da sua produção agrícola para sustentar a sua unidade familiar. O governo federal irá transferir o valor de R\$ 4.600,00 para 12.500 mulheres que estão inscritas no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Deste total 8 mulheres estão lotadas na comunidade Morada Nova e 4 na comunidade Lages. Paralelo ao valor pago, técnicos da AGERP/MA irão acompanhar a implantação de projetos e capacitar o respectivo público a tornar a sua unidade mais produtiva, garantindo assim, a segurança alimentar (AGERP/MA, 2023).

Nota-se que ainda existe muito a se fazer para prestar extensão rural aos agricultores familiares e, consecutivamente, garantir a segurança alimentar ao respectivo público-alvo. Diante disso, destaca-se que os movimentos socioterritoriais se configuram como um importante viés para alcançar tal resultado, pois a sua organização colabora na realização de cobranças junto ao ente público que, por sua vez, fomenta políticas públicas com vistas a efetivação dos direitos e garantias aos agricultores familiares.

Percebe-se, então, a existência de um ciclo que quando bem desenvolvido pode apresentar resultados significativos, sendo formado pelos movimentos socioterritoriais, cobrança junto as esferas de governo, fomentação de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural e, por fim, a segurança alimentar dos agricultores familiares e suas famílias. A fusão desses fatores colabora para melhorar a qualidade de vida do respectivo público, mas, também combater a insegurança alimentar.

2.1 A extensão rural como ponto de partida para consolidação das territorialidades na agricultura familiar

De acordo com Oliveira (2016), muito embora na atualidade a expressão território e territorialidade sejam utilizadas como se fossem sinônimos é importante se destacar que esses termos possuem significados bem diferentes. O primeiro caracteriza o espaço físico e os elementos que o compõem que são o povo, o Estado e as normas jurídicas. Já o segundo é caracterizado pela qualidade que o território ganha em consonância com a sua utilização ou relação social que o homem tem com o mundo exterior.

Silva (2019) enfatiza que o conceito de território não está apenas veiculado ao fato de ser um elemento formador do Estado, mas, sim, ao espaço no qual se circunscreve a validade da ordem jurídica estatal. As normas desenvolvidas pelo próprio ente público também podem possuir uma abrangência maior do que os seus limites e fronteiras, pois a sua exclusividade depende fundamentalmente de um espaço certo e soberano. É difícil pensar em relações sociais sendo desenvolvidas no território sem a presença do Estado como regulamentador do comportamento de cada indivíduo na sociedade.

Diante do exposto, ressalta-se que não existe Estado sem território, os dois estão intimamente ligados, pois, no momento da sua formação torna-se necessário compreender o espaço físico em que se dará a sua soberania. Portanto, abrange alguns bens, tais como: solo, subsolo, espaço aéreo, mar territorial, plataforma marinha, submarino, navios, aeronaves, aviões comerciais, navios mercantes. Estes últimos compreendem os espaços internacionais que não pertencem a nenhum Estado soberano.

No tocante a associação entre os territórios (comunidades, assentamentos, povoados rurais) e as políticas públicas, destaca-se que podem ganhar um aspecto individualizado ou coletivo. Tudo vai depender fundamentalmente do acordo firmado entre os governos e os territórios. Por exemplo, uma mesma política pública ATER poderá ser implementada em duas comunidades rurais próximas e apresentar resultados diferentes. Isso se justifica porque apesar de possuírem as mesmas características geográficas, contingente populacional aproximado e infraestrutura semelhantes, os aspectos culturais (modo como lidam com a terra) poderão diferenciar. Esse último quesito é de fundamental importância ser observado para que o planejamento e a implementação de políticas públicas sejam bem-sucedidas, principalmente quando as diferentes esferas de governo almejam fazer uma ação conjunta nos territórios rurais próximos (MATTOS JÚNIOR, 2010).

Por exemplo, cita-se que no ano de 2014 foi sancionado o Decreto nº 8.252/2014 que criou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com o objetivo de promover, coordenar e implantar programas de ATER voltados, prioritariamente, aos agricultores familiares e com áreas de terra consideradas de média extensão. No entanto, as dificuldades financeiras do governo federal e as mudanças políticas no cenário nacional foram fatores preponderantes para dificultar a implementação de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural aos estados e municípios do país. Muito disso, se deve principalmente porque os territórios divergem muito um dos outros quanto se leva em conta os aspectos culturais e o modo como cada agricultor familiar se relaciona com a terra (HENNERICH, *et. al.* 2022).

Para Vieira *et. al.* (2015), o desenvolvimento de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural perpassa diretamente pelas características de cada território. A ATER visa à transferência de tecnologias e a “modernização” no campo, isto é, viabilizar meios para que o agricultor familiar possa fazer uso da sua terra e com base nas suas peculiaridades territoriais buscar o desenvolvimento sustentável. Entretanto, torna-se imprescindível destacar que o resultado dessa fusão entre ATER e territórios não pode apenas possuir como parâmetro o crescimento econômico. Muito pelo contrário, é de fundamental importância que se tenha um olhar sistêmico que permeie todo o processo, envolvendo diversas dimensões, dentre as quais se destacam a econômica, a sociocultural, a político institucional e a ambiental

Segundo Cruz (2019), a territorialidade está relacionada as interações sociais que homem possui com o seu semelhante, com a natureza e com o mundo que está em sua volta. Dessa forma, diferentemente do território que abrange um espaço físico determinado, a territorialidade é algo mais abrangente, abstrato e, consecutivamente, se torna frutos das relações sociais. Estas, por sua vez, podem ganhar diferentes aspectos no ambiente em que se desenvolvem, pois é algo dinâmico, que constantemente passa por processos de transformações, conforme o interesse de cada segmento social.

Nesse sentido, Fernandes e Pereira (2016), comenta que o conceito de territorialidade está diretamente relacionado com a cultura humana desenvolvida no espaço físico.

[...] falar em territorialidade é ao mesmo tempo evidenciar a cultura humana desenvolvida no ambiente físico. Isso se justifica porque a partir do momento em que os seres humanos se relacionam entre si surgem modos, regras, estilos de vida que vão sendo perpassados às futuras gerações, servindo inclusive para identifica-los de modo singular. O povo local passa a possuir um sentimento de pertencimento para com o ambiente em que vive, se identifica com o estilo de vida porque as características culturais desenvolvidas naquele espaço físico fazem parte do seu cotidiano. Por esta razão, toda a vez que percebe ameaças no lugar em que vive sai em defesa, pois

aprendeu a respeitar a sua história, a sua cultura e o seu espaço físico (FERNANDES; PEREIRA, 2016, p. .34).

Nota-se que a territorialidade tem um sentido mais amplo, porém, não é tangível, muito menos pragmática e fechada. Muito pelo contrário, constantemente passa por processo de transformações. As suas características vão sendo construídas de acordo com o desenvolvimento das relações sociais em um determinado espaço físico, moldando assim, a cultural do local.

Essa construção é algo constante que serve para identificar o povo de uma localidade específica. Ou seja, é um padrão de comportamento que um grupo de indivíduos externaliza no ambiente em que reside, servindo para diferenciá-los dos demais segmentos da sociedade. Por essa razão, toda vez que se fala em territorialidade é comum abranger aspectos culturais, assim como os valores que servem para identificar um determinado segmento social.

Para Silva e Zagury (2017), o conceito de territorialidade abrange não apenas o espaço físico (território), mas, sobretudo, o poder, o lugar, a cultura, o valor pela história local, o sentimento de pertencimento, dentre outros aspectos. Enfim, refere-se de maneira direta ao modo como as relações são construídas em um determinado ambiente, se consolidando como um valor, uma regra e um estilo de vida. Embora não se tenha leis que venham regulamentar a conduta humana naquele espaço, o modo de viver concede as pessoas que vivem naquele espaço físico a exata compreensão daquilo que se pode ou não fazer.

Por exemplo, cita-se que em algumas comunidades rurais é eminentemente proibida a utilização do método “roça no toco”, que para a implantação de um determinado cultivo agrícola realizada a queima do solo. Essa proibição acontece porque a comunidade recebeu num primeiro momento assistência técnica e extensão rural, o que acentuou o seu aprendizado para o desenvolvimento de métodos dentro dos padrões agroecológicos. Dessa forma, percebe-se que o aspecto cultural do lugar em que se vive, não vê com bons olhos uma ação contrária, pois desde pequenos foram ensinados a respeitar a natureza, que é a fonte de tudo o que necessitam para viver de modo digno, pacífico e, sobretudo, sustentavelmente.

De acordo com Barbieri (2020), a extensão rural pode ser compreendida como sendo:

[...] um ramo das Ciências Agrárias destinado a prestação de serviços educacionais de modo continuado ao meio rural, com o objetivo de auxiliar e promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos das atividades agrícolas e correlatas. Portanto, é uma atividade de educação extraescolar que contribui para melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades rurais (BARBIERI, 2020, p. 19).

Com base no conceito supracitado, observa-se que a extensão rural contribuiu para aperfeiçoar a percepção de territorialidade. Isso se justifica porque amplia o conhecimento das comunidades rurais para aspectos relevantes como a produção nos moldes sustentáveis. A partir daí faz brotar um sentimento de pertencimento com o lugar (espaço físico), com o modo de produção e principalmente com as pessoas à sua volta.

Para Oliveira (2016), compreender essa interligação entre a extensão rural e a territorialidade é relevante porque desmistifica a pseudo ideia de que a identidade cultural das comunidades rurais é algo estagnado e que, portanto, necessita ser preservado e protegido contra as ameaças da modernidade, que pregam uma cultura universal no campo. Muito pelo contrário, sabe-se que a cultura é algo dinâmico, que constantemente passa por processos de transformações. Diante disso, a territorialidade visa manter a essência cultural do lugar, mas, também interagir com os novos métodos de produção agrícola e formas de viver e pensar.

Um bom exemplo a ser citado são comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim/MA, após visitas técnicas in loco, observou-se que as respectivas comunidades possuem formas ainda rudimentares de desenvolver os seus principais cultivos que são: milho, arroz, feijão e hortaliças. Apesar de praticamente não possuírem assistência técnica por parte do Estado, se mostram abertos a receber novos conhecimentos que possam agregar valor e potencializar a sua produção. É nesse sentido, que a extensão rural colabora tanto para preservação dos aspectos culturais como também para os aspectos ligados a territorialidade, pois mesmo que aprendam novas técnicas, o sentimento pelo lugar, pelas pessoas e modo viver permanecerão os mesmos.

Apesar de muitos críticos alegaram que essa troca de experiências oriunda da extensão rural contribuir para descaracterizar a cultura de produção do local, atualmente se tem o entendimento que é importante conhecer o “novo”, se apropriar de novas técnicas de produção, com ênfase aos padrões de sustentabilidade. Porém, a identidade cultural pode permanecer a mesma, pois a territorialidade, isto é, a relação das comunidades com o ambiente em que está inserido não sofrerá alterações.

Vale ressaltar que a cultura por ser dinâmica, torna-se difícil de proteger a tal ponto que venha permanecer inalterável. No decorrer do tempo as relações sociais e culturais tendem a passar por processos de modificações naturalmente, não é uma coisa imposta, mas, sim, uma ação natural das dinâmicas dos relacionamentos humanos. Estes, por sua vez, podem acontecer de modo imperceptível num primeiro momento, mas, posteriormente as alterações são assimiladas e as comunidades locais vão se adaptando as novas realidades. Por mais fechada que seja a comunidade rural, a partir do momento em que possui novos contatos com os

diferentes grupos humanos e experiências laborais oriundas da assistência técnica, os aspectos e os valores vão sendo moldados gradativamente (MACIEL, 2018).

Nascimento *et. al.* (2017), comenta que a territorialidade dialoga com a extensão rural, na medida em que os diferentes tipos de interação do homem com o espaço rural em que vive vão sendo moldados no decorrer do tempo, pois o aprendizado obtido através de novas técnicas de produção e capacitação contribuem para aperfeiçoar o relacionamento do agricultor familiar com o meio ambiente. Aliás, esse relacionamento tende a ser harmonioso, pois existe o sentimento de pertencimento com o local. Logo, os habitantes de uma comunidade rural tendem a possuir a preocupação de proteger, preservar e, sobretudo, cuidar do espaço em que vivem, pois dali tiram o seu sustento diário, criam os seus filhos e residem. Portanto, a territorialidade é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida”.

Partindo desse pressuposto, Barbieri (2022) é contundente ao afirmar que a territorialidade é o agente responsável por dar vida ao espaço físico (território), pois são justamente essas relações que permitem identificar os grupos sociais e o seu modo de lidar com o ambiente interno e externo.

[...] a territorialidade é responsável por dar vida ao território, pois é justamente nesses espaços físicos que acontecem as relações sociais. Estas, por sua vez, são acompanhadas de valores éticos, morais e culturais que servem para diferenciar determinado grupo. O território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo, mas as ações existentes nele remetem à territorialidade (BARBIERE, 2022, p. 44).

Com base no ponto de vista dos autores acima elencados, observa-se que a territorialidade está intrinsecamente ligada às relações sociais e às atividades diárias que o homem do campo realiza. Portanto, acaba sendo o resultado do processo de produção e comunicação para com o meio em que vive. A preservação da identidade cultural dos indivíduos que residem no campo não está fundamentada em apenas proteger contra possíveis inovação tecnológicas, mas, sim, proporcionar novos meios para que possam viver com dignidade, respeitando, sobretudo, o modo como interagem com o meio em que vivem. O território só se efetiva quando os indivíduos possuem uma relação entre si e, destes, com o espaço em que residem. Essa relação social é plural, multiforme e recíproca, no território.

Portanto, a assistência técnica e a extensão rural fomentada pelo poder público deve respeitar e produzir uma territorialidade voltada para a distribuição dos direitos e oportunidades para que o homem do campo consiga viver dignamente na sua terra (HENNERICH, 2022). E dessa forma, perpassar os valores apreendidos através da posse e da terra na sua localidade às

futuras gerações, tendo assim, um ciclo sustentável permanente. Percebe-se, então, uma estreita ligação entre a ATER e a consolidação da territorialidade.

2.2 Morada Nova e Lages como expressões de territórios de resistências e lutas

De acordo com a etimologia¹ a expressão território possui a sua origem no latim “*territorium*” que traduzido originalmente para o português significa terra delimitada ou sob a sua jurisdição. Dessa forma, neste primeiro momento pode-se conceituar o termo território como sendo um espaço delimitado e organizado politicamente, tendo o Estado ou uma outra organização responsável pela sua administração, que geralmente é feita através de normas jurídicas (LUCCI, 2017).

Segundo Nader (2018), o território é caracterizado essencialmente por ser um elemento formador do Estado de natureza material que estabelece as suas divisões e fronteiras, nas quais exerce o seu poder de competência. Este, por sua vez, só poderá ser exercido e/ou efetivado dentro da abrangência do seu território, do contrário está ferindo acordos internacionais que reconhecem os limites dos espaços físicos de cada país.

Para Oliveira (2018), tanto o povo quanto o território são elementos físicos que compõem o Estado. Este apenas existe porque a sua base formadora está fundamentada na delimitação do espaço físico e no conjunto de pessoas que vivem no seu território, possuindo relações pautadas em normas jurídicas. Dessa forma, o ente público é o agente responsável para que dentro dos seus limites possa intervir nas relações sociais através da fomentação de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Partindo desse pressuposto, Mendonça *et. al.* (2018) destaca que o conceito de território pode ser compreendido a partir da análise dos seus principais elementos formadores, que são: espaço, relações de poder, Estado e normas jurídicas que servem para delimitar o comportamento de cada indivíduo na sociedade, isto é, no espaço territorial de sua abrangência. Isso fica evidente quando o autor supracitado faz a seguinte declaração:

[...] o conceito de território pode ser compreendido a partir da análise das suas principais características que são: espaço geográfico, estrutura política organizada, relações de poder que são desenvolvidas entre os seus membros e a presença do Estado como moderador de conflitos entre os seus membros. Todos esses aspectos denotam os principais componentes que formam o território e as suas respectivas funções (MENDONÇA, *et. al.* 2018, p. 52).

¹ Etimologia - ciência que estuda a origem e o significado das palavras através da análise dos elementos que as constituem, sendo caracterizada como o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica (BUENO, 2018, p. 522).

Com base no ponto de vista dos autores acima elencados, observa-se que o conceito de território está diretamente relacionado com o espaço físico em que se dão as relações sociais, assim como a figura de um agente regulamentador e moderador de conflitos, que na maioria das vezes é o Estado. Este, por sua vez, poderá apresentar uma estrutura administrativa bem complexa ou muito simples. Tudo irá depender fundamentalmente de como as relações de poder acontecem entre os membros da sociedade.

Nesse sentido, Barbieri (2022) comenta que o território pode ser classificado em quatro grupos macros, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Tabela 2: Classificação dos tipos de territórios.

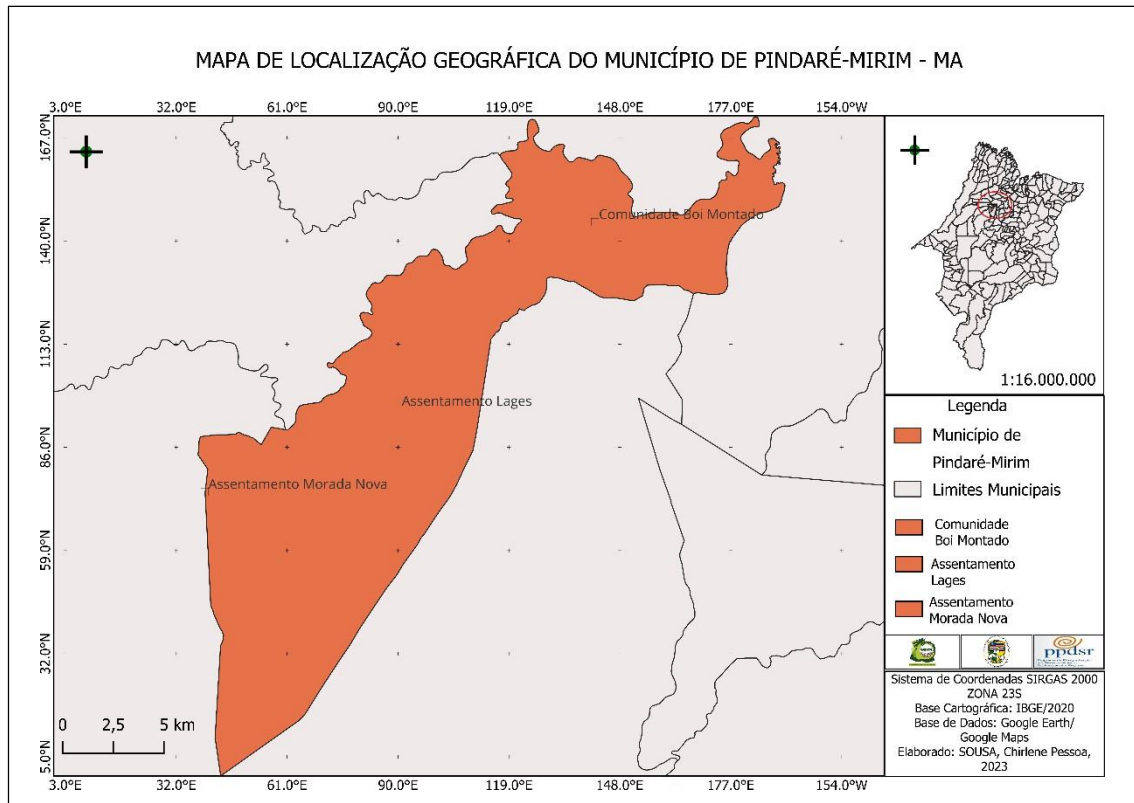
TERRITÓRIOS	CARACTERÍSTICAS
Político:	Espaço regido por meio de um governo central e pertencente a todos os seus habitantes, que geralmente escolhem os seus representantes através do sufrágio universal.
Histórico:	Caracteriza-se por ser um recorte espacial do tempo, que permanece determinado por um grupo social (centros históricos)
Econômico:	Reconhecido pela sua produção e comercialização de produtos e/ou serviços, tais como: ferro, petróleo, soja, dentre outros;
Cultural:	Envolve uma série de manifestações que especificadamente fazem parte de um segmento social (indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, dentre outros)

Fonte: Barbieri (2022, p. 45).

Verifica-se que o conceito de território poderá ganhar aspectos diversos, dependendo de como é analisado e classificado. Contudo, destaca-se que independentemente do tipo, o território sempre possuirá alguns elementos em comum que são: o espaço físico, a figura do agente regulamentador (Estado) e as relações sociais, que nem sempre acontece num contexto de pacificação e harmonia.

Com relação as comunidades Morada Nova e Lages, destaca-se ambas que são territórios localizados no município de Pindaré-Mirim, conforme pode ser observado no Mapa 1 abaixo ilustrado, sendo consideradas por muitos habitantes do referido município duas das comunidades mais antigas e bem organizadas, o que pôde ser devidamente comprovado nas visitas *in loco* realizadas no primeiro semestre do 2023,

Mapa 1: Localização geográfica das comunidades Morada e Lages em Pindaré-Mirim.



Fonte: Próprio autor (jan./2024).

Segundo dados e informações colhidas junto aos representantes das comunidades Morada Nova e Lages relataram que ambas existem a mais de cem anos. Contudo, fizeram questão de destacar que ao longo dos anos esses territórios foram caracterizados por resistência e lutas ao uso da terra, como também para receberem maior atenção por parte dos governos estadual e municipal no que diz respeito ao recebimento da assistência técnica e extensão rural, uma vez que as famílias pertencentes às respectivas comunidades são essencialmente agrícolas, ou seja, dependem do uso da terra para desenvolver o necessário à sua subsistência e comercializar o excedente.

Uma das suas principais lutas deu-se em meados da década de 80 quando as primeiras indústrias de cerâmica começaram a ser implementadas no município de Pindaré-Mirim, o que consecutivamente, acentuou as disputadas de terras e provocou alteração dos ecossistemas, principalmente com a retirada de areia e argila do solo, resultando em grande degradação ambiental. A indústria da cerâmica tem uma forte atuação no município, porém, questões ambientais, de ocupação e uso indevido do solo precisam ser revistas para não adentrar nos territórios e áreas de assentamento anteriormente demarcadas.

O enfrentamento contra os representantes das indústrias de cerâmicas foi mediado pela Prefeitura Municipal, que na época fez gestão junto aos órgãos federais e estaduais para o reconhecimento dos termos e limites das terras tanto da comunidade Morada Nova quanto da comunidade Lages. Registra-se, ainda, que tal resistência foi necessária para que o poder público regularizasse os imóveis rurais como também reconhecesse os territórios como áreas de assentamentos. Essas medidas são fundamentais para que os agricultores familiares possam acessar linhas de créditos junto às instituições financeiras (SOUSA, 2022).

Mas recentemente, destaca-se que a principal luta das respectivas comunidades diz respeito ao recebimento de assistência técnica e extensão rural com regularidade por parte do poder público. A escassez de atenção nesse segmento deixa muitos agricultores familiares numa situação de “vulnerabilidade”, pois possuem potencialidades para produzir mais de modo sustentável, mas, a falta de conhecimento e de recebimento de subsídios por parte do ente público contribui para que recorram as velhas técnicas agrícolas como é o caso da “roça no toco”.

Nota-se que as lutas e resistências da população pertencentes às comunidades Morada Nova e Lages estão diretamente relacionadas a efetivação dos seus direitos e garantias no tocante ao uso da terra para o desenvolvimento das atividades agrícolas, assim como da sua visibilidade para o alcance das políticas públicas de modo continuado por parte das diferentes esferas de governo.

Vale ressaltar que as ações de ATER fomentadas pelo poder público estadual nas comunidades Morada Nova e Lages devem ser contínuas, isto é, o acompanhamento aos agricultores familiares precisa ser regular para que os resultados possam ser positivos no tocante a produção de alimentos, comercialização e a consequente segurança alimentar. Aliás, Oliveira (2016) que esse trinômio está intimamente ligado e cria um ciclo duradouro, sendo responsável direto pela melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares independentemente do território em que esteja inserido.

Outro fator importante de ser ressaltado nesse contexto de resistência e luta das comunidades Morada Nova e Lages é a pouca atuação dos órgãos de fiscalização e controle, no sentido cobrar o poder público para uma maior efetivação das políticas públicas de ATER nesses territórios. Durante o período das visitas *in loco* realizadas não foi possível perceber a presença de determinados órgãos como é o caso do Ministério Público, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e dos Sindicatos e Federações responsáveis por representar os agricultores familiares das respectivas comunidades.

2.3 A territorialidade na agricultura familiar e os desafios do rural contemporâneo

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a agricultura familiar é responsável direta pela produção de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Deste total, destaca-se que 11% dos agricultores familiares brasileiros produzem arroz, 42% feijão preto, 70% mandioca (aipim), 71% pimentão, dentre outros cultivos. Portanto, possui uma importância significativa na erradicação da pobreza extrema, na segurança alimentar e nutricional da população, na diminuição das desigualdades sociais, além de proporcionar uma maior dinâmica na economia do país, uma vez que possui aproximadamente 3.897.408 estabelecimentos rurais,

Segundo dados do Ministério da Economia (2020), a agricultura familiar tem uma participação expressiva no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, pois é responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), além de gerar uma grande quantidade de emprego e renda em todo o âmbito do território brasileiro. Estima-se que mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, o respectivo segmento gerou 11,5 milhões de empregos no ano de 2020, o que evidencia a importância dessa atividade para o país. Apesar da região norte e nordeste ainda possuir muitas terras férteis para o desenvolvimento da agricultura familiar alguns problemas estruturantes como a falta de assistência técnica e extensão rural acabam influenciando negativamente para diminuir as desigualdades sociais no campo (HENNERICH, 2022).

No ponto de vista de Nascimento *et. al.* (2017), pelo fato do Brasil ser um país agroexportador, torna-se necessário que as diferentes esferas de governo fomentem políticas públicas de incentivo e apoio ao desenvolvimento das atividades correlacionadas a agricultura familiar. Isso é relevante pelo fato de que o homem do campo necessita do apoio do governo e da iniciativa privada para produzir e comercializar a sua produção, pois a ausência desses parceiros acaba excluindo-o do circuito econômico, ocasionando, consecutivamente, a sua marginalização no contexto social.

Percebe-se que existe uma forte relação entre a territorialidade na agricultura familiar com a acentuada desigualdade social enfrentada pelo homem do campo na contemporaneidade. Esse cenário se torna ainda mais perceptível quando se verifica a omissão do Estado em destinar determinadas políticas públicas a zona rural, deixando a respectiva população vulnerável e, por muitas vezes, dependendo dos recursos encontrados nos grandes centros urbanos. Dessa forma, para ter os seus direitos e garantias atendidos torna-se necessário realizar deslocamentos do campo para cidade, ainda que isso seja feita em circunstâncias específicas.

Horácio (2020) comenta que o homem do campo tem um jeito peculiar de ser, de interpretar o mundo, de se relacionar com as outras pessoas e principalmente de conduzir a sua vida. Esses detalhes ficam muito evidentes quando se analisa as relações sociais do indivíduo que vive na zona rural. A sua rotina é cedo e ao longo do dia desenvolve as suas atividades correlacionadas a agricultura e a pecuária, dentre outras. Seu trabalho apesar de árduo é feito com muito zelo e amor, pois é sabedor que depende da natureza para tirar o seu sustento e o da sua família.

Nas comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim, após visitas *in loco* foi possível perceber que os agricultores familiares possuem um bom relacionamento com o ambiente em que vivem. As técnicas de cultivo são perpassadas de geração à geração, porém, a falta de assistência técnica e extensão rural, torna-se um complicador para potencializar a produção e o desenvolvimento de métodos mais sustentáveis, pois ainda utilizam a prática de roça no toco.

A territorialidade na agricultura familiar é um desafio porque em muitas situações o aspecto cultural está tanto enraizado, que o homem do campo possui certa dificuldade ou resistência de se abrir ao novo. Por exemplo, cita-se que a implementação dos princípios agroecológicos nas atividades rurais. Desde muito cedo, o agricultor aprendeu que após a mudança de cada safra deve “queimar o campo - roça no toco” para fazer o plantio de outra espécie. Muito embora, já se tenha estudos científicos que comprovem que o solo quando passa por esse processo de queimada perde os seus principais nutrientes, ainda assim, o homem do campo prefere fazer por uma questão cultural e tradicional (NASCIMENTO, 2017)

Como extensionista foi possível perceber que determinadas comunidades e povoados na região de Pindaré-Mirim possuem certa resistência em desenvolver novas técnicas de produção e cultivos agrícolas, principalmente àquelas que envolvem diretamente ações pautadas na sustentabilidade dos ecossistemas. Muito dessa resistência acontece pelo fato de que a assistência técnica e a extensão rural prestada pelos órgãos estaduais como é o caso da AGERP/MA não acontece com regularidade, ou seja, o agricultor no primeiro momento recebe a informação, a capacitação começa a desenvolver a técnica, mas, posteriormente, é “abandonado” e com isso volta a desenvolver as antigas práticas como é o caso da roça no toco.

Segundo Veloso e Silva (2018), a extensão rural pode contribuir diretamente para melhoria das técnicas de cultivos utilizadas pelos agricultores familiares. Quanto mais conhecimento e habilidades eles receberem e desenvolverem terão melhores condições de produzir sustentavelmente e melhorar a qualidade de vida no âmbito dos seus territórios. Isso se justifica porque a territorialidade possui aspectos culturais como, por exemplo, cita-se o

modo de produção e a estreita ligação que possui com o lugar em vive. Assim sendo, a ATER quando desenvolvida de modo regular contribui para melhorar o processo educacional e o consequente entendimento de práticas sustentáveis relevantes. Ou seja, a territorialidade com as suas novas prática assimiladas darão novos rumos as comunidades e os seus territórios.

É o seu jeito de produzir e cultivar a terra, porém, torna-se importante se destacar que essa mudança de hábitos, que está impregnado na sua cultura e territorialidade necessita de um trabalho de conscientização, sensibilização e aprendizado. É diante desse cenário que entra o poder público, com o objetivo de fomentar políticas que de fato possam atender as reais necessidades da população rural, sobretudo, mostrando que existem alternativas mais eficazes e sustentáveis que irão contribuir diretamente para potencializar o seu cultivo e tornar a sua terra ainda mais fértil (FERNANDES; PEREIRA, 2016).

Quando isso não acontece, o agricultor familiar fica marginalizado e, por vezes, “invisível”, no sentido de não receber qualquer assistência técnica por parte do Estado, aumentando ainda mais o processo de desigualdades no campo. Esse cenário fica ainda mais evidente quando se analisa a pouca infraestrutura disponibilizada pelo Estado em muitas localidades rurais, com o objetivo de atender alguns dos principais direitos fundamentais destinados a população do campo como, por exemplo, a saúde, a educação, a segurança alimentar e nutricional (HORÁCIO, 2020).

Portanto, destaca-se que a territorialidade quando associada a agricultura familiar, nas comunidades Morada Nova e Lages em Pindaré-Mirim é algo muito delicado de ser tratado, pois ao mesmo tempo em que se deve respeitar os valores éticos, morais e produtivos deste segmento é relevante enfatizar que o ente público tem a obrigação de proporcionar melhores condições de vida aos agricultores familiares através da fomentação de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, sobretudo, entendendo, os aspectos correlacionados a sua territorialidade.

3 POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DE ATER E SEUS DESAFIOS NO ESTADO DO MARANHÃO

No que no de 1975 foi criada a Empresa Maranhense de Assistência Técnica (EMATER), que tinha como principal objetivo desenvolver políticas públicas de assistência técnica e extensão rural no Estado do Maranhão, tendo uma estrutura relevante composta 13 Escritórios Regionais e 135 Escritório Locais, funcionava no prédio onde atualmente funciona a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/MA). Pela sua estruturada, percebe-se que o modelo de ATER adota pela antiga EMATER era voltada ao município, com a capacitação e o acompanhamento de mais perto do agricultor familiar. Porém, no ano de 1996, a ex-governadora Roseana Sarney extinguiu o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural no Estado do Maranhão e criou um Sistema de Agricultura e Pecuária (SEAGRO) (DIAS, 2007).

Nota-se que a descontinuidade da política pública de ATER está muito diretamente ligada ao desmonte dos órgãos públicos das diferentes esferas do governo que haviam sido criados para fomentar a assistência técnica e a extensão rural aos agricultores familiares. Apesar da criação e do desmantelo dos órgãos que compõem a Administração Pública ser uma atribuição do governo, isso possui reflexo significativo nas políticas públicas criadas e principalmente na qualidade de vida do agricultor, que por vezes pode ficar desassistido, isto é, sem a devida assistência técnica e, consecutivamente, obter prejuízos não apenas financeiros, mas, sobretudo, de cunho moral. É um total desrespeito ao agricultor familiar acabar com uma política pública sem nenhum processo transitório e compensatório.

Mais recentemente foi criada a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP, 2023), no ano de 2006 pelo ex-governador Jackson Lago, com o objetivo de prestar assistência técnica e extensão aos agricultores familiares. Porém, a descontinuidade da política pública estadual de ATER tem acontecido, no que diz respeito a metodologia aplicada, pois no seu surgimento o referido órgão tinha a missão de fomentar a pedagogia da alternância, com o objetivo de formar uma nova geração de agricultores familiares no Maranhão, cientes do uso do solo dentro dos padrões agroecológicos, além de evitar o êxodo rural.

Outro aspecto que recentemente tem contribuído para descontinuidade da política pública estadual de assistência foram os cortes no orçamento financeiro. Isso foi feito por parte do governo maranhense como uma forma de equilibrar as contas públicas, que ainda sofrem os efeitos da recessão econômica oriunda da pandemia da COVID 19 e baixa arrecadação de impostos, pois um dos seus principais atores que era o ICMS decorrente dos combustíveis foi

contingenciado pelo governo federal como forma de evitar novos aumentos na gasolina e diesel. Diante desse cenário, houve um corte de 30% no orçamento destinado à assistência técnica e a agricultura familiar entre os anos de 2022 e 2023 (SEPLAN, 2023).

Por exemplo, cita-se que no primeiro semestre desse ano, a AGERP/MA (2023) teve um corte de 30% no seu orçamento financeiro, tendo que demitir técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos terceirizados que prestavam assistência técnica nos municípios maranhenses. Antes do corte já havia 61 (sessenta e um) municípios descobertos, ou seja, sem a presença de técnicos para efetivar a política de ATER. Após, o corte financeiro, cerca de 84 (oitenta e quatro) dos 217 (duzentos e dezessete) municípios estão sem cobertura de técnicos para prestar a devida assistência técnica aos agricultores familiares.

Esse cenário causa um impacto significativo na continuidade da política pública de ATER no Estado do Maranhão, pois antes do corte financeiro o número de agricultores familiares a serem assistidos era inversamente proporcional a quantidade de técnicos disponíveis, isto é, havia muita demanda para poucos profissionais. O governo estadual desde de o ano de 1992 não realiza concurso público para contratação de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, optando por terceirização dos serviços.

A descontinuidade da política pública de ATER no Maranhão também acontece por trocas de gestores estaduais, o que entra realizar mudanças no quadro administrativo e nas ações, resultando na quebra de ações importantes e na estagnação do desenvolvimento da zona rural. Daí a importância dos órgãos de fiscalização e controle serem mais ativos no sentido de inibir a falta de acesso à assistência técnica e extensão por parte do agricultor familiar, pois quando isso acontece a desigualdade social no campo cresce.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022), o município de Pindaré-Mirim/MA possui 441 (quatrocentos e quarenta e um) agricultores familiares, o perfil do referido público é constituído na sua maioria por indivíduos do sexo masculino 80% e do sexo feminino 20%, com idade superior aos 40 (33,8%), anos e baixo nível de escolaridade (45%), pois 22% relataram que nunca frequentaram uma escola e 23% sabem apenas assinar o nome. Outra informação relevante é que 77,9% relatou não receber assistência técnica por parte do governo estadual. Esses dados mostram a omissão do referido ente público em fomentar uma política pública de ATER que de fato possa atender as reais necessidades e colaborar para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar.

Nesse sentido, dados da Secretária de Estado da Agricultura Familiar (2023) evidenciam que a comunidade Morada Nova possui cerca de 61 (sessenta e um) agricultores familiares, enquanto que a comunidade Lages possui 35 (trinta e cinco) agricultores familiares. Ou seja,

nota-se que são territórios rurais que concentram um número significativo de agricultores familiares. Os principais cultivos desenvolvidos são: milho, feijão, mandioca, melancia, arroz, além de pouca criação de galinha e hortaliças.

Tabela 3: Porcentagem dos agricultores familiares de Morada Nova e Lages em relação ao município de Pindaré-Mirim

MUNICÍPIO	NÚMERO TOTAL	PERCENTUAL
Pindaré-Mirim	441	100%
Comunidade Morada Nova	61	13,82%
Lages	35	7,93%

Fonte: SAF (2023, p. 3)

Nota-se que as comunidades apresentam uma quantidade relevante de agricultores familiares que necessitam ser assistidos no tocante as políticas públicas de ATER para potencializar as suas produções agrícolas, garantir a segurança alimentar das suas unidades familiares e comercializarem o excedente, com vistas a geração de mais renda e melhoria da qualidade de vida do respectivo público-alvo,

Dessa forma, as políticas públicas de ATER são um desafio para o poder público estadual, levando em consideração que o Estado do Maranhão é essencialmente agrícola e que possui 217 municípios espalhados em todo o seu território. Portanto, torna-se necessário o poder público viabilizar meios, para que as equipes técnicas possam desenvolver o seu trabalho de fomento da assistência técnica e extensão rural, principalmente nas comunidades e povoados que já desenvolvem cultivos agrícolas, ou possuem potencialidades para tal e, sobretudo, estão organizados em seus territórios.

De acordo com Mota (2020), as políticas públicas podem ser conceituadas como um conjunto de programas, projetos e ações realizadas pelo Estado através dos órgãos da Administração Pública Direta e/ou Indireta, podendo inclusive contar com a participação da iniciativa privada e da sociedade civil. Independentemente dos atores envolvidos, as políticas públicas objetivam assegurar o acesso dos cidadãos aos direitos e as garantias constitucionais de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, econômico, dentre outros.

Segundo Rodrigues (2018), as políticas públicas podem ser vistas e interpretadas como o Estado agindo em favor dos seus cidadãos.

[...] as políticas públicas são ações que denotam o comprometimento do Estado em viabilizar melhores condições de vida aos seus cidadãos. Geralmente o ente público trabalha para solucionar problemas que atingem a coletividade como, por exemplo, a questão do saneamento básico, da moradia, do emprego e renda, da educação, da saúde e da segurança, dentre outros (RODRIGUES, 2018, p. 1346).

Verifica-se que as políticas públicas possuem uma finalidade específica que é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Quando o resultado não acontece na prática é porque algo deu errado no processo de criação, fomentação e avaliação da política pública. Portanto, torna-se necessário estabelecer meios legais de monitoramento e análise, com o objetivo de evitar que os recursos sejam empregados em ações governamentais que não irão satisfazer as reais necessidades da população.

Dessa forma, registra-se que no âmbito da agricultura familiar, as políticas públicas devem sempre ser desenvolvidas no sentido de realizar melhorias quantitativas e qualitativas como, por exemplo, citam-se: melhorar as condições de trabalho, prestar assistência técnica, viabilizar a regularização dos imóveis rurais e maior facilidade de acesso as linhas de créditos financeiros. São “pequenas ações”, que podem proporcionar benefícios de extrema importância para melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares maranhenses.

Nascimento *et. al.* (2017) destaca que no âmbito da agricultura familiar existem muitas desigualdades sociais que afetam de modo veemente a qualidade de vida do agricultor familiar e de sua respectiva família. Muito disso, acontece principalmente pelo fato de observar que as políticas públicas de ATER são implementadas de modo desigual, no sentido de que em determinadas regiões os agricultores familiares são desassistidos pelo Estado devido a inexistência de equipe técnica para promover a assistência técnica e a extensão rural no território.

Além disso, muitos governos acabam concentrando as suas principais políticas públicas nos grandes centros urbanos. Dessa forma, a zona rural fica quase para num segundo plano, ou seja, não é vista como uma prioridade, o que conseqüentemente contribui para a marginalização do homem do campo, do êxodo rural, ou da ocupação indevida e má utilização do solo, como forma de desenvolver uma produção de subsistência (MACIEL, 2018).

Todos esses fatores denotam uma triste realidade vivenciada por diferentes agricultores familiares das mais variadas regiões do Brasil. No Estado do Maranhão, de modo mais específico, a atual gestão governamental fomentou uma série de políticas públicas destinadas ao agricultor familiar, com destaque para a assistência técnica e a extensão rural (SAF/MA, 2023). Atualmente o órgão estadual responsável por fomentar as políticas públicas de assistência aos agricultores familiares maranhenses é a Agência Estadual de Pesquisa

Agropecuária e Extensão Rural (AGERP/MA, 2023). O referido órgão é composto por unidade sede em São Luís/MA e por 19 (dezenove) Escritórios Regionais, localizados nas sedes dos principais municípios, que compõem a divisão administrativa regionalizada do Estado.

Diante do exposto, nota-se que o modelo da estrutura administrativa criado pelo governo do Estado do Maranhão para aplicar a sua política pública de assistência técnica é bastante interessante porque abrange todos os municípios maranhenses de forma regionalizada, com os seus respectivos territórios rurais. Assim sendo, possui um Escritório no município Sede da Regional e técnicos que visitam periodicamente as comunidades e os povoados localizados na zona rural, dando assistência técnica aos agricultores familiares.

Segundo Almeida *et. al.* (2010), as políticas públicas de assistência técnica destinadas à agricultura familiar necessitam ser descentralizadas, no sentido de os municípios receberem uma maior atenção, principalmente aqueles que se encontram mais afastados das grandes metrópoles e das sedes administrativas regionais. Para isso, torna-se necessário uma maior sinergia entre as diferentes esferas de governo, com o objetivo de viabilizar maior acesso e garantir que as políticas públicas cheguem de fato ao público que mais precisa. Os gestores municipais conhecem mais de perto a realidade dos seus territórios, dessa forma, podem traçar estratégias para mapear e direcionar as ações de diferentes esferas de governo aos agricultores familiares localizados na zona rural dos seus territórios.

Vale ressaltar que o município de Pindaré-Mirim/MA, mas, precisamente, as comunidades de Morada Nova e Lages não recebem assistência técnica dos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas lotados no Escritório Regional da AGERP/Santa Inês com frequência. Esta situação se configura como um dos problemas mais relevantes porque os serviços de ATER não são realizados com regularidade, o que implica na descontinuidade da referida política pública. Na visita técnica *in loco*, os agricultores familiares relataram que geralmente recebem visitas da equipe técnica da AGERP uma vez por semestre, totalizando duas visitas no ano, ou seja, é praticamente inexistente a prestação de assistência técnica nas comunidades acima citadas, o que contribui para o aumento das desigualdades sociais no campo.

Segundo dados da AGERP (2023), o Escritório Regional de AGERP/Santa Inês possui apenas 06 (seis) profissionais, sendo (02 dois engenheiros agrônomos) e (04 quatro técnicos agrícolas) cobrir todos os municípios pertencentes a respectiva Regional. Ou seja, percebe-se que existe uma defasagem no número de profissionais devidamente habilitados para aplicar a política pública de ATER nos municípios que compõem a respectiva região. Por exemplo, cita-se que o município de Pindaré-Mirim/MA possui uma grande dimensão territorial (244,8km²),

com muitos povoados, o que torna praticamente impossível, a quantidade de técnicos disponíveis atender tamanha demanda.

A falta de assistência técnica de qualidade é apontada por Maciel (2018) como um dos principais problemas que contribui para aumentar as desigualdades sociais no campo. Isso se justifica porque sem a devida orientação, o agricultor familiar fica marginalizado no sentido de não utilizar a sua propriedade rural de modo devido, isto é, obedecendo os padrões de sustentabilidade. Diante disso, tende a encontrar sérias limitações e/ou dificuldades de produzir os cultivos necessários à sua subsistência e, posterior, comercialização, vivendo praticamente de outras políticas assistencialista do governo federal, tais como: Bolsa Família, aposentadoria, dentre outras.

Portanto, registra-se que é necessário o governo do Estado do Maranhão priorizar a política pública de assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais no campo e contribuir para melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Além disso, destaca-se que alguns aspectos, tais como: modelo de estrutura administrativa, escassez de profissionais devidamente habilitados para atender a alta demanda, falta de equipamentos, grande extensão territorial e baixa frequência podem ser vistos e interpretados como os principais limites para aplicação na integra da política pública de assistência técnica nas comunidades Morada Nova e Lages, no município de Pindaré-Mirim/MA.

Diante dessa situação, destaca-se que a política pública estadual de ATER é apenas “aplicada” aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, no município de Pindaré-Mirim/MA, quando na verdade deveria ser desenvolvida através de um processo de democratização da referida política pública, numa perspectiva horizontal e não vertical. Geralmente, o governo maranhense tende a elaborar uma política pública para ser aplicada em todo o seu território.

Para Horácio (2020), a política pública “desenvolvida” e “não aplicada” surge de debates, da participação popular, da inserção dos beneficiários nos processos de tomada de decisão. Algumas medidas podem ser tomadas, tais como: a realização de audiências públicas e plebiscitos. Para tanto, o ente público deve num primeiro momento ouvir e conhecer as reais necessidades do público-alvo. Em alguns casos poderá inclusive fazer audiências públicas, dentre outras estratégias que visem estimular a participação das comunidades. Quando isso acontece, as possibilidades de as políticas públicas desenvolvidas alcançarem resultados significativos na sua execução aumentam consideravelmente.

Diante exposto, destaca-se que durante as visitas *in loco* nas comunidades Morada Nova e Lages, no município de Pindaré-Mirim/MA, que aconteceram no primeiro semestre de 2023, os agricultores familiares relataram que em nenhum momento foram procurados por representantes dos órgãos da Administração Pública Estadual para discutir programas e ações de assistência técnica aos agricultores familiares, o que denota a política pública de ATER praticada pelo governo do Estado do Maranhão é aplicada e não desenvolvida.

Ressalta-se que a política pública de ATER possui peculiaridades que transcendem qualquer interesse político, pois de nada adianta fomentar uma ação no respectivo segmento, sem levar em consideração aspectos como a territorialidade cultural, tipos de cultivo, organização dos beneficiários e aquilo que realmente almejam.

3.1 Descontinuidade da política pública de ATER

De acordo com Dias (2007), as políticas públicas de ATER no estado do Maranhão frequentemente passam por um processo de descontinuidade. Geralmente, um governo cria uma estrutura destinada a prestação de assistência técnica aos agricultores familiares, com um certo tipo de metodologia e, após a realização de novas eleições, o governo eleito (principalmente quando era da oposição) opta por desenvolver uma nova estrutura, aplicar outra metodologia e consecutivamente, uma “nova” política pública ao respectivo público-alvo.

Segundo Diniz (2022), uma das primeiras políticas públicas criadas com o objetivo de fomentar a assistência técnica no setor rural do Brasil foi a Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR's), na década de 1940. O seu principal objetivo era viabilizar o acesso ao crédito e capacitar os agricultores familiares de diferentes partes do país. A estrutura criada foi novamente abortada pelos governadores para o surgimento de uma nova estrutura administrativa que foi a EMATER.

Nota-se que desde o início a descontinuidade das políticas públicas de ATER perpassam pelos interesses da classe política. Quando as diferenças esferas de governo não se comunicam entre si, ou então, não possuem um bom relacionamento, torna-se muito difícil implementar políticas públicas de ATER com qualidade no âmbito do território brasileiro. Isso se justifica porque geralmente uma esfera de governo cria a política pública e destina os recursos (União), a outra coordena (Estado) e a outra executa (Município). A escassez de diálogo entre as instâncias governamentais prejudica a implementação de políticas públicas de ATER, assim como contribui para a sua descontinuidade.

Segundo Rocha e Perfán (2016), o desmonte da política pública de ATER no Brasil e no Maranhão está diretamente relacionado com as mudanças no cenário político. Isso pode ser perfeitamente observado quando se analisa a interrupção do governo da presidente Dilma Rousseff, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o consequente enfraquecimento ou destituição das suas institucionalidades (órgãos e políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas). Dentre algumas políticas públicas de correlacionadas a ATER que foram conjuntamente desmontadas citam-se: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo, posteriormente, retomados com a volta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República através da recriação do referido Ministério.

Crisa *et. al.* (2022) comenta que outro aspecto importante de ser ressaltado que contribuiu para o desmonte das políticas públicas de ATER é a escassez de recursos. Isso fica evidente quando se observa a queda de recursos e os resultados significativos que o Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, teve entre os anos de 2015 a 2019, conforme ilustrado na Tabela 3 abaixo. Muitas vezes isso acontece porque agricultura familiar não é visto por alguns governos como uma política pública prioritária. O volume maior de recursos, programas e ações normalmente atingem outros setores como é o caso da saúde, da educação, do agronegócio e da segurança. Porém, torna-se relevante destacar que é a agricultura familiar que coloca cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil na mesa da população. Por conta disso, deve receber uma maior atenção por parte das diferentes esferas de governo.

Tabela 4: Queda nos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (2015 – 2019).

ANO	RECURSOS APLICADOS (R\$)	AGRICULTORES FAMILIARES
		BENEFICIADOS
2015	555.429.848,06	95.871
2016	417.407.933,70	76.896
2017	191.135.350,62	31.187
2018	199.214.239,39	-
2019	157.895.909,99	-

Fonte: Crisa *et. al.* (2022, p. 30)

Verifica-se que entre os anos de 2015 a 2019 houve uma redução de quase R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) no orçamento da referida política pública. Isso

consecutivamente reflete nas ações de ATER, pois se não tem recurso, os agricultores familiares terão maiores dificuldades em produzir e comercializar a sua produção.

Segundo Barbieri (2023), a descontinuidade das políticas públicas de ATER geralmente acontece por volta de um planejamento estratégico bem definido. Em muitos casos o governo tem o interesse em dar uma resposta rápida a sociedade diante de alguns problemas enfrentados, principalmente quando ganham repercussão negativa na mídia. A partir daí trabalham para ofertar de modo rápido uma solução, quando na verdade os agricultores familiares devem ser consultados sobre qual política é necessária para sua localidade, pois as comunidades dos agricultores familiares apresentam peculiaridades quanto ao processo cultural, de produção e de comercialização. O planejamento é algo fundamental para que a política pública tenha uma continuidade.

Outro problema que contribui para descontinuidade das políticas públicas de ATER são os baixos salários que atualmente o governo do estado do Maranhão paga aos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas que prestam os serviços de ATER. Isso se torna um fator desestimulante, uma vez que o piso da categoria não é pago aos respectivos profissionais, que para sustentar as suas famílias realizam atividades paralelas, o que muitas vezes reflete na baixa qualidade dos serviços prestados. Além disso, destaca-se que o último concurso público realizado pelo governo do Estado do Maranhão para contratar profissionais no setor primário foi no de ano de 1992, ou seja, estes profissionais já estão próximo de aposentar, ou já estão aposentados e o poder público não repôs essa mão de obra (SEDIHPOP, 2022).

Diante desse cenário, destaca-se ainda, que só no Estado do Maranhão existem aproximadamente 61 (sessenta e um) municípios sem profissionais (técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos) para prestar a devida assistência técnica aos agricultores familiares. Ou seja, aproximadamente 1/3 dos municípios maranhenses não possui profissionais e muitos menos serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares (AGERP, 2023). A escassez de profissionais em campo tem contribuído para o desmonte das políticas de ATER no Maranhão e o consequente aumento da insegurança alimentar (IMESC, 2022).

De nada adianta possuir uma política pública no papel e não possuir corpo técnico para implementá-la de modo devido. A falta de técnicos devidamente capacitados e habilitados associado aos baixos salários recebidos pelos profissionais que atualmente prestam os serviços de ATER no Estado do Maranhão podem ser vistos e interpretados como um dos principais problemas que tem contribuído para a descontinuidade das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural.

3.2 Principais impactos dos desmontes de ATER's

De acordo com Schimitt *et. al.* (2022), um dos principais impactos decorrentes dos desmontes das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural é a marginalização do agricultor familiar. Ou seja, o respectivo público-alvo tende a ficar “invisível”, isto é, praticamente esquecido por aqueles que deveriam dar uma atenção especial, pois 70% do que é consumido no país é oriundo da agricultura familiar (IBGE, 2022),

O processo de marginalização do agricultor familiar acontece diante da omissão do Estado em fomentar políticas públicas que visem efetivar os seus direitos e garantias previstos em lei, como é o caso do recebimento de assistência técnica e extensão rural para potencializar a sua produção agrícola, garantir a segurança alimentar da sua unidade familiar e, consecutivamente, gerar renda e melhoria na sua qualidade de vida. Então, a partir do momento em que o ente público não assume o compromisso de prestar uma ATER contínua e de qualidade, a tendência é que o agricultor não consiga desenvolver o seu cultivo dentro dos padrões de sustentabilidade, perca recursos, aumente a desigualdade social no campo devido a insegurança alimentar (DINIZ, 2022)

Outro aspecto importante de ser ressaltado com o desmonte das políticas públicas de ATER é o crescimento do êxodo rural. Sem o recebimento de investimentos e capacitações por parte do governo, a tendência é que o agricultor familiar com o passar do tempo vá perdendo o interesse pelo campo, que passa a ser visto e interpretado como algo dificultoso, pesado sem perspectiva de mudança e crescimento. Isso colabora diretamente para que esses indivíduos possam migrar aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Isso pode ser melhor compreendido, quando se analisa o desinteresse dos mais jovens em continuar os processos de produção e cultivo das lavouras iniciados pelos seus pais (SCHIAVO, *et. al.* 2016).

O êxodo rural é uma das consequências mais danosas dos desmontes das políticas públicas de ATER, pois ao migrar para as grandes cidades, o agricultor familiar tende a encontrar dificuldades de encontrar trabalhos e demais atividades que possam proporcionar uma remuneração digna. Muitas profissões atualmente exigem o mínimo de capacitação e especialização da mão de obra, o que o respectivo público ao chegar nos centros urbanos não possui. O que já era difícil no campo, se torna ainda mais complexo nas cidades, que passam a receber um grande contingente populacional, aumentando assim, os problemas, sociais e econômicos.

Schimitt *et. al.* (2022) comenta que com o desmonte das políticas públicas de ATER, o agricultor familiar perde em termos de conhecimento e técnicas fundamentadas nos princípios

de sustentabilidade, sendo este um dos seus principais impactos negativos. Assim sendo, tende a realizar o desenvolvimento dos seus cultivos de modo convencional, ou baseado nos seus conhecimentos e experiências empíricas, o que potencializa os riscos de degradação ambiental, empobrecimento do solo e, consecutivamente, a infertilidade do mesmo, o que resultará na perda do seu principal bem que é a “terra fértil”. As capacitações oriundas da extensão rural visam exatamente corrigir esse percurso, possibilitando ao agricultor familiar maior dinâmica na sua produção, sustentabilidade e, por fim, a segurança alimentar da sua unidade.

Para Matos Júnior (2010), os desmontes das políticas públicas de ATER causam um profundo descompasso institucional, que atinge o cerne de qualquer projeto até então desenvolvido nas comunidades e povoados rurais, resultando na diminuição de áreas cultivadas, como também na inviabilidade de manter a sua estruturada criada. A quebra do ciclo de produção agrícola inviabiliza o desenvolvimento não apenas do agricultor e de sua propriedade rural, mas, sobretudo, do seu território (comunidade) como todo que afetada direta ou indiretamente.

Esse cenário de desmonte das políticas públicas de ATER e até mesmo da sua realização de modo não continuado resulta na incapacidade de produção das comunidades rurais, ou a perda desta quando acontece fatos externos, tais como: escassez de chuvas, ou então, enchentes, dentre outros. A agricultura familiar é sensível no sentido de depender de fatos subjetivos como clima, tipo de solo, dentre outros fenômenos naturais para obter resultados satisfatórios quanto a produção de alimentos. Quanto mais conhecimento e acompanhamento técnico especializado o referido público tiver, a tendência é que consiga produzir com qualidade, seja inserido no mercado e tenha uma segurança alimentar (VELOSO; SILVA, 2018).

O endividamento do agricultor familiar é mais um impacto negativo do desmonte das políticas públicas de ATER. Isso geralmente acontece porque o respectivo público ao alcançar as documentações necessárias como, por exemplo, cita-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar tende a acessar linhas de créditos para realizar investimentos na sua pequena propriedade rural, adquirir insumos e desenvolver os seus cultivos agrícolas. Porém, quando não recebe a devida assistência técnica e extensão rural os resultados obtidos tendem a não ser satisfatórios, ocasionando assim, prejuízos e o endividamento do agricultor (SCHIAVO, *et. al.* 2016).

Com o endividamento o agricultor familiar fica impossibilitado de acessar novas linhas de crédito e, consecutivamente, de realizar investimentos na sua propriedade rural, entrando dessa forma num ciclo duradouro. Diante disso, percebe-se a dependência que o agricultor

possui das políticas públicas de ATER. Estas, por sua vez, precisam alcançá-lo para que possa investir na sua propriedade rural e melhorar a sua qualidade de vida.

Com base no ponto de vista dos autores acima elencados, observa-se que o desmonte das políticas públicas de ATER apresenta resultados negativos aos agricultores familiares que dependem essencialmente do acompanhamento de técnicos devidamente especializados para produzir, terem segurança alimentar e, posteriormente, serem inseridos no mercado gerando assim mais renda para sua unidade familiar. Quando isso não acontece na prática o respectivo público fica vulnerável e propenso a prejuízos socioeconômicos, além de acentuar a desigualdade social no campo.

4 MORADA NOVA E LAGES E OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL

Conforme visitas *in loco* realizadas nas comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim/MA durante a pesquisa de campo foi possível observar que as referidas comunidades são caracterizadas por possuírem como principal atividade econômica a agricultura, que serve tanto para consumo interno como também para comercializar o excedente. A partir daí os agricultores familiares conseguem tirar o sustento das suas respectivas famílias. Poucos recebem outros benefícios pagos pelo governo como, por exemplo, citam-se: a aposentadoria, o Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, dentre outros.

Diante dessas características destaca-se que a assistência e a extensão rural viabilizadas pelo governo estadual através da AGERP/MA se configuram como fatores preponderantes para subsidiar o trabalho dos agricultores familiares nas comunidades supracitadas. Isso levando em consideração principalmente os princípios agroecológicos para que possam desenvolver as suas culturas agrícolas de modo sustentável, causando o mínimo de impacto possível ao meio ambiente e, sobretudo, atendendo as suas reais necessidades quanto a socialização de conhecimento técnico, aumento da produção, inserção no mercado e em programas governamentais, pois a ATER não se resume apenas a implementação de técnicas destinadas ao plantio ou colheita, muito pelo contrário, ela abrange diferentes aspectos correlacionados as necessidades dos agricultores familiares.

De acordo com Vieira *et. al.* (2015), a assistência técnica é responsável por reeducar o agricultor familiar no que diz respeito ao seu modo de produção, pois com o aprendizado de novas técnicas sustentáveis consegue produzir mais e com uma maior qualidade, causando impactos mínimos ao meio ambiente. Diante disso, torna-se imensurável calcular o valor que a ATER possui no cotidiano de uma propriedade agrícola, sendo que esses novos modelos de produção tendem a ser repassados às futuras gerações.

Vale ressaltar que não basta apenas possuir potencial para o desenvolvimento de produções agrícolas, torna-se necessário, sobretudo, que a assistência técnica seja realizada de forma continuada, dando todo o suporte necessário para que o agricultor familiar consiga produzir com excelência e comercializar a sua produção, gerando dessa forma mais renda e qualidade de vida. Ou seja, as desigualdade sociais no campo também são um reflexo da escassez ou inexistência da assistência técnica ao agricultor familiar, o que precisa ser revisto pelos governantes, como forma de levar políticas públicas mais eficazes ao campo.

Diante do exposto, destaca-se que uma importante informação no contexto desta pesquisa diz respeito ao perfil sociodemográfico dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim, pois esses dados e/ou informações auxiliam na compreensão que o respectivo público-alvo formou acerca da (des)articulação das políticas de ATER fomentadas pelo governo do Estado do Maranhão.

A tabela 5 abaixo ilustrada evidencia o perfil sócio-demográfico do referido público-alvo.

Tabela 5: Perfil sociodemográfico dos agricultores familiares

VARIÁVEIS	TOTAL	%
Gênero		
Masculino	32	80
Feminino	08	20
Faixa etária		
Até 24 anos	04	10
De 25 a 34 anos	04	10
De 35 a 44 anos	04	10
De 45 a 54 anos	12	30
De 55 a 64 anos	08	20
Acima de 64 anos	08	20
Nível de escolaridade		
Não sabem ler e escrever	08	20
Nunca frequentaram escola	08	20
Frequentaram até a alfabetização	04	10
No máximo, o ensino fundamental	16	40
No máximo, até o ensino médio	04	10
No máximo, o até o ensino superior	-	-
Renda mensal		
Até 1 salário mínimo	16	40
Entre 1 e 2 salários mínimos	12	30
Entre 2 e 3 salários mínimos	08	20
Acima de 3 salários mínimos	-	-

Fonte: Própria autoria. Pesquisa de Campo (2023).

De acordo com os dados da tabela 01, observa-se que a maior parcela dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim são do sexo masculino, apresentando na pesquisa um percentual médio de 80%. Já o sexo feminino representou apenas 20% do total.

Os dados acima citados dialogam com aqueles evidenciados no último Censo Agropecuário. Na oportunidade, os agricultores familiares do sexo masculino obtiveram 81% na pesquisa de cunho nacional, enquanto o sexo feminino apresentou um percentual médio de apenas 19% (IBGE, 2022). Ou seja, os dados encontrados na presente pesquisa acaba sendo uma amostra fiel do que acontece em todo o âmbito do território brasileiro, no que diz respeito ao sexo dos agricultores familiares.

De acordo com Martins (2018), as atividades agrícolas são caracterizadas pela grande presença do sexo masculino. Muito disso acontece pela necessidade de empenhar força física, isto é, um trabalho braçal bastante incisivo, que geralmente começa logo nas primeiras horas do dia, tendo o retorno normalmente no final da tarde ou começo da noite. Muito embora, nas últimas décadas a presença do sexo feminino nas atividades de campo tenha crescido, ainda assim, é uma atividade com predominância de homens pelas características supracitadas.

Segundo Souza e Brandão (2022), a agricultura familiar é uma forma de organização socioeconômica, cultural e ambiental, na qual são desenvolvidas atividades agrícolas, gerenciada por uma família, que é detentora da terra e dos meios de produção. Dessa forma, acontece a divisão das atividades em que o homem tende a cuidar do plantio, colheita, dentre outras rurais, enquanto a mulher comumente se dedica as atividades do lar e cuidados para com os filhos.

Porém, destaca-se que pelo fato de muitas mulheres rurais serem atualmente chefes das suas unidades familiares, o governo federal tem disponibilizado políticas públicas para atender as necessidades do referido público feminino, com o lançamento da Chamada Pública ATER para Mulheres Rurais. Esta política pública de cunho federal visa capacitar o referido público, proporcionar maior autonomia econômica e a produção de alimentos agroecológicos e saudáveis (BRASIL, 2023).

Com relação ao Estado do Maranhão de modo mais específico a AGERP/MA ficou responsável pela execução desta política pública às mulheres rurais, sendo que atualmente é realizado um levantamento e mapeamento do público que será beneficiado, desde que atendas aos requisitos: ser chefe de família, possuir uma propriedade rural regularizada por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aceitar o acompanhamento dos técnicos da AGERP/MA

que irão conhecer as reais necessidades e potencialidades para o desenvolvimento de culturas agrícolas que possam contribuir para autonomia econômica da mulher e de seus filhos.

Com relação a faixa etária, nota-se que um número expressivo de agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages possui entre 45 e 54 anos, apresentando na pesquisa um percentual médio de 30%. Em segundo lugar aparecem empatadas as seguintes variáveis: entre 55 e 64 anos (20%) e acima de 64 anos (20%). Ressalta-se que a soma de todas essas variáveis representa um percentual médio total de 70% do perfil dos agricultores familiares pesquisados.

Por outro lado, o público-alvo com faixa etária mais baixa apresentou os menores percentuais na pesquisa, tais como: até 24 anos (10%), de 25 a 34 anos (10%), de 35 a 44 anos (10%). Ou seja, os agricultores familiares que possuem faixa etária equivalente ao intervalo entre 24 a 44 anos obteve um percentual médio total de 30%.

Os dados acima citados, torna-se algo preocupante porque evidencia que o público com idade mais baixa praticamente não está envolvido ou simplesmente não pretende continuar com as atividades agrícolas iniciadas pelos seus genitores. Durante a pesquisa foi possível perceber que os agricultores familiares com faixa etária entre 24 e 44 anos estão neste segmento apenas por uma questão de sobrevivência. Mas, o seu real motivo é migrar aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Isso consecutivamente pode contribuir para acentuar o êxodo rural, em que a população mais jovem está saindo cada vez mais cedo do campo para tentar uma vida melhor nos centros urbanos das principais cidades do país. Muitas vezes, esse fenômeno além de contribuir para o abandono das atividades agrícolas colabora diretamente para aumentar alguns problemas sociais encontradas nas cidades brasileiras como, por exemplo, citam-se: o desemprego, a marginalização, a violência, dentre outros. (OLIVEIRA, *et. al.* 2021).

Resultados semelhantes foram encontrados no Censo Agropecuário do IBGE (2022), no qual as principais variáveis correlacionadas a faixa etária apresentaram os seguintes percentuais: entre 45 e 54 anos (29,2%), entre 55 e 64 anos (21,8%), acima de 60 anos (19%). Ou seja, o perfil do agricultor familiar brasileiro atualmente encontra-se entre o fim da fase adulta e início da terceira idade.

Segundo Araújo e Torezan (2018), o perfil sociodemográfico do agricultor familiar brasileiro atualmente passa por um processo de envelhecimento. Isso se torna ainda mais preocupante porque os jovens rurais geralmente possuem planos de migrar para cidade em busca de melhores condições de vida. Esse cenário denota a extrema necessidade de o Estado

fomentar políticas públicas contundentes que de fato atenda as reais necessidades dos jovens rurais, tornando à vida no campo mais atrativa e, sobretudo, evitando o êxodo rural.

Diante do exposto, convém destacar que tornar o campo mais atrativo aos jovens significa ofertar melhores oportunidades para que o referido público permaneça no meio rural com dignidade. Isso perpassa diretamente pela atuação do Estado em fomentar políticas públicas que efetivem o acesso à uma educação, saúde, emprego, renda e, sobretudo, a uma assistência técnica e extensão rural de qualidade para que produzam com mais excelência, atendendo aos padrões de sustentabilidade ambiental e sejam inseridos no mercado agrícola.

No tocante ao nível de escolaridade, constatou-se que 40% dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages possuem no máximo o ensino fundamental. As demais variáveis apresentaram os seguintes percentuais médios não sabem ler e escrever (20%), nunca frequentou uma escola (20%), frequentou até a alfabetização (10%), no máximo até o ensino médio (20%).

Chama-se atenção para o seguinte detalhe: os agricultores familiares que não sabem ler e escrever, bem como àqueles que nunca frequentaram uma escola, juntos somam um percentual médio de 40%. Ou seja, quase a metade do respectivo público-alvo apresentam nível de instrução muito baixo, o que consecutivamente influencia na busca pela efetivação dos seus direitos, como também na dependência de terceiras para resolver questões simples do cotidiano como, por exemplo, acessar uma linha de crédito bancária ou regularizar o imóvel rural, dentre outros.

Os dados desta pesquisa muito se assemelham àqueles encontrados no Censo Agropecuário de 2022, onde 15,4% dos agricultores familiares relatou nunca ter frequentado uma escola, 14,1% afirmou ter frequentado a escola até a alfabetização e 43,3% possuem no máximo o ensino fundamental.

Tenório *et. al.* (2022) comenta que é de fundamental importância o agricultor familiar receber a devida atenção no que diz respeito ao seu processo de alfabetização e, posteriormente, adquira conhecimento mais apropriado para desenvolver as suas atividades agrícolas. Esses aspectos perpassam pelo desenvolvimento eficaz de uma política educacional no campo, bem como pela prestação de uma assistência técnica e extensão rural periódica e de qualidade, acompanhando o agricultor familiar em diferentes etapas da sua produção agrícola.

Dando ênfase ao assunto Delgrossi *et. al.* (2023), destaca que o acesso à informação e a uma educação rural de qualidade são pré-requisitos essenciais para que o agricultor familiar adquira conhecimento e possa desenvolver as suas atividades agrícolas dentro dos padrões de sustentabilidade ambiental, causando o mínimo de impacto possível ao meio ambiente, pois

depende da terra para tirar o seu sustento e de sua família. Muitas vezes, ação antrópica decorrente da agricultora familiar causa danos aos recursos naturais por falta de conhecimento de técnicas apropriadas, como também pela inexistência ou escassez de ATER.

No que diz respeito a renda média mensal dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, os dados da presente pesquisa evidenciaram que a maior parcela do referido público-alvo possui renda de até 1 salário mínimo por mês, tendo na pesquisa um percentual médio de 40%. As demais variáveis apresentaram os seguintes percentuais médios: entre 1 e 2 salários mínimos (30%), entre 2 e 3 salários mínimos (20%). A variável acima de 3 salários mínimos não foi citada na pesquisa.

Ao comparar os dados da presente pesquisa de campo com àqueles obtidos no Censo Agropecuário (IBGE, 2022), percebe-se uma discrepância porque na pesquisa nacional a renda média do agricultor familiar é acima de 3 salários mínimos (51,4%), principalmente quando se leva em consideração as regiões centro-oeste, sul e sudeste do país. Porém, as regiões nordeste e norte apresentam os menores percentuais no tocante a renda média mensal do agricultor familiar que fica entre 1 e 2 salários mínimos.

Os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages estão muito abaixo da média no tocante a renda média mensal que é de apenas 1 salário mínimo. Diante disso, reforça-se a necessidade de ouvir o referido público para melhor direcionar as políticas públicas, sendo que estas quando bem fomentadas e geridas podem colaborar para geração de mais renda.

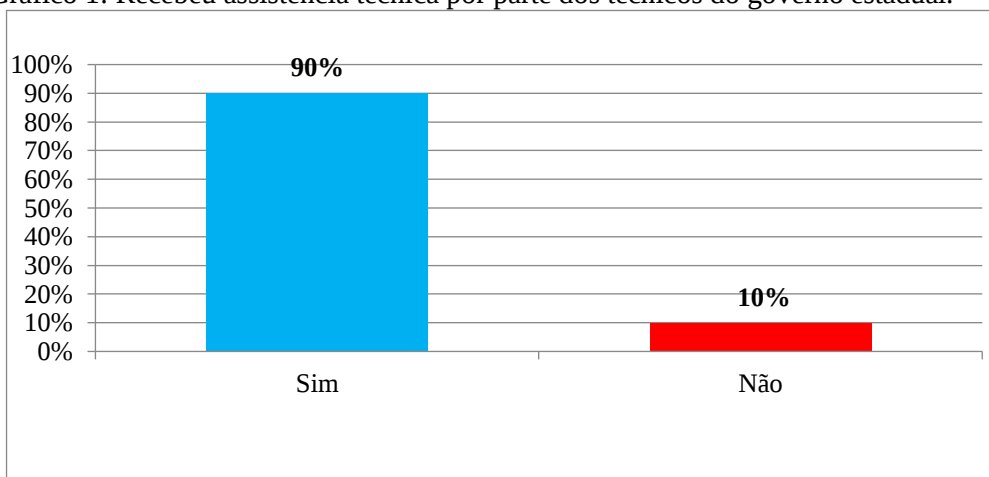
Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), a renda é uma variável importante para se mensurar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Isso se justifica porque quanto menor for a renda, a tendência é que o referido público-alvo não tenha acesso a alguns aspectos essenciais a vida humana, tais como: segurança alimentar e nutricional de forma devida, saúde, dentre outros fatores.

Muitos agricultores familiares dependerem essencialmente dos Programas Sociais de Governos como, por exemplo, citam-se: o Bolsa Família, Auxílio Gás e Pensão ou Aposentadoria. Contudo, ressalta-se a necessidade de as políticas públicas de ATER alcançá-los para que possam aumentar a sua produção e serem inseridos em outros programas governamentais como é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que as prefeituras comprem a produção dos agricultores familiares e destinam a outras instituições, proporcionando mais renda e uma nova dinâmica econômica ao referido segmento.

Outro aspecto relevante no contexto da pesquisa diz respeito a percepção dos agricultores familiares acerca das consequências da política pública de assistência técnica aplicada pelo governo do Estado, tendo em vista diminuir as desigualdades sociais no campo.

Diante disso, os agricultores familiares das comunidades Moradas Nova e Lages, localizada no município de Pindaré-Mirim/MA responderam sobre o recebimento ou não da assistência técnica por parte dos técnicos do governo estadual maranhense, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Recebeu assistência técnica por parte dos técnicos do governo estadual.



Fonte: Própria autoria. Pesquisa de Campo (2023).

Segundo dados do gráfico 1, observa-se que 90% dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages afirmaram que receberam assistência técnica por parte dos técnicos do governo estadual.

Porém, durante a pesquisa relataram que a assistência técnica recebida não aconteceu de forma continuada, mas, sim, através de uma única visita. Na oportunidade foram colhidos alguns dados e lançados no sistema *Thehne Monitore*. como também relataram que receberam algumas orientações de forma vaga sobre a necessidade de realizar as atividades agrícolas dentro dos padrões agroecológicos.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR, 2018), a assistência técnica pode ser compreendida na sua essência da seguinte maneira:

conjunto de atividades que permitem a comunicação, capacitação e a prestação de serviços aos produtores rurais, tendo em vista a difusão de tecnologias, gestão, administração e planejamento das atividades rurais preservando e recuperando os recursos naturais disponíveis. Seus objetivos são desenvolver o produtor rural, contribuir na solução de problemas, aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar condições de produção, preservar recursos, gerar maior lucratividade, repassar novas tecnologias, procedimentos de boas práticas, etc.

Diante do exposto, observa-se que a assistência técnica está diretamente relacionada ao acompanhamento sistemático do produtor rural, no caso em tela, trata-se dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, ofertando-lhes o suporte necessário para o desenvolvimento das suas atividades agrícolas de modo sustentável.

Dessa forma, destaca-se que o simples fato de o técnico do governo estadual realizar uma visita periódica para colher dados e depois lançar no sistema não se configura como a prestação de uma assistência técnica de qualidade, pois as necessidades do agricultor precisam ser atendidas na sua essência. Em muitos casos, os números que são comumente divulgados pelos órgãos do setor primário das diferentes esferas do governo não condizem com a realidade dos agricultores familiares, que dependem dos serviços de ATER para melhorarem a sua produção.

Segundo Santos *et. al.* (2023), a falta ou a inexistência de assistência técnica e extensão rural adequada e periódica causa profundos danos aos agricultores familiares como, por exemplo, cita-se: a inadimplência junto às instituições financeiras. Geralmente, quando o respectivo público-alvo regulariza a sua propriedade rural com base no título da terra e o recebimento do Cadastro Ambiental Rural, tende a requerer empréstimos junto aos bancos para investir na sua produção. Esta, por sua vez, pode apresentar resultados insatisfatório por causa da ausência de ATER, o que consecutivamente induz à inadimplência porque sem produção não há quem compre. Logo, os prejuízos são inevitáveis.

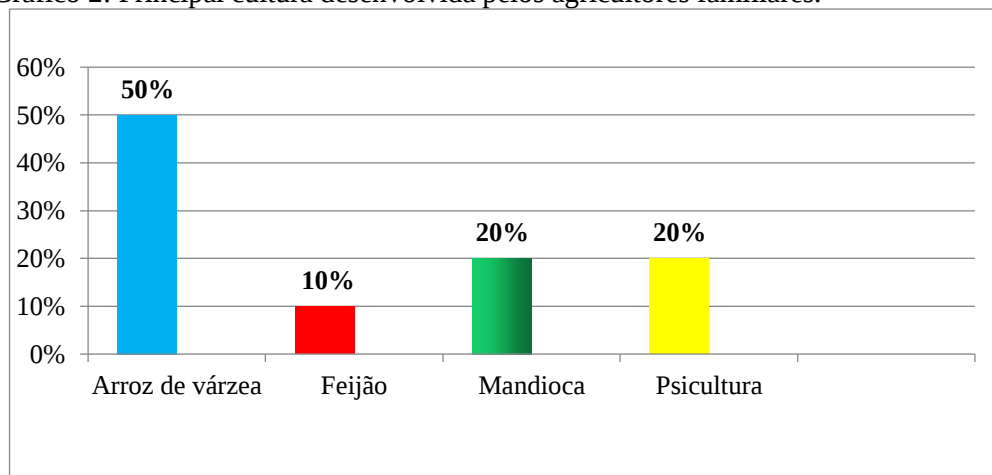
Outro problema decorrente da escassez ou da inexistência da efetivação de ATER junto aos agricultores familiares é o aumento da degradação ambiental, pois o referido público-alvo tende culturalmente a desenvolver práticas agrícolas que foram perpassadas pelos seus antepassados como é o caso da roça no toco. Essa prática com o tempo torna o solo infértil, pois a cada queimada para novas mudanças de ciclos produtivos, a terra vai perdendo a sua fertilidade no decorrer do tempo (DELGROSSI, *et. al.* 2023).

Vale ressaltar que a terra é considerada “o principal bem” dos agricultores familiares, uma vez que dependem do seu uso sustentável para produzir com eficácia e, sobretudo, ofereça ao mercado produtos com qualidade. Assim sendo, não basta apenas ofertar os produtos agrícolas é necessário que atenda as exigências de quem compra. A ATER prepara o agricultor familiar para produzir e comercializar, gerando renda a unidade familiar.

Na sequência deste estudo, os agricultores familiares responderam acerca da principal cultura desenvolvida na sua unidade familiar, conforme pode ser observado no quadro 2 abaixo realizado. Essa informação se torna relevante no contexto deste estudo porque pode contribuir

para melhor direcionar as políticas públicas de ATER implementadas pelo governo do Estado do Maranhão nas comunidades Morada Nova e Lages, no município de Pindaré-Mirim/MA.

Gráfico 2: Principal cultura desenvolvida pelos agricultores familiares.



Fonte: Própria autoria. Pesquisa de Campo (2023).

Nota-se que 50% dos agricultores familiares pesquisados relatou que a principal cultura desenvolvida na sua unidade familiar é o arroz de várzea. As demais variáveis apresentaram os seguintes percentuais médios: mandioca 20%, psicultura 20% e feijão 10%.

De acordo com Kischel *et. al* (2011), o arroz de várzea é cultivado em terrenos com irrigação controlada. Portanto, esse tipo de cultura agrícola é irrigado por lâmina d'água até sua maturação, ou então, em terrenos sem irrigação controlada (arroz em várzea úmida, caracterizado pela semeadura em áreas de baixadas, parcialmente sistematizadas e, ou drenadas, ou sem sistematização), em que as chuvas, ou enchentes dos rios, ou os afloramentos naturais do lençol freático são as fontes de água para o desenvolvimento das plantas.

Apesar de o Estado do Maranhão não está entre os principais produtores de arroz de várzea do Brasil, esse tipo de cultura agrícola encontrou bastante aceitação entre os agricultores familiares da região da Baixada Maranhense, ênfase dada as mais diversas localidades do município de Pindaré-Mirim/MA, como é o caso das comunidades Morada Nova e Lages.

Observou-se durante a pesquisa de campo, que a grande aceitação da cultura agrícola do arroz de várzea nas comunidades supracitadas, se deve principalmente por apresentar um baixo custo inicial, ser utilizada para o consumo interno e ter boa aceitação no mercado, principalmente quando os produtores se juntam e formam de cooperativas e associações agrícolas.

A figura 1 abaixo ilustrada evidencia a cultura agrícola do arroz de várzea, desenvolvida na comunidade Lages

Figura 1: Arroz de várzea produzido pela agricultura familiar, comunidade Lages,



Fonte: Próprio autor. Pesquisa de Campo (2023)

Outro fator relevante de ser ressaltado, que favorece o desenvolvimento do arroz de várzea é o clima (quente e úmido) e o solo (plano com poucas ondulações) do município de Pindaré-Mirim. A soma de todos esses aspectos contribui diretamente para que os agricultores familiares tenham no respectivo tipo de cultura o carro-chefe da sua produção agrícola.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1977), destaca que a assistência técnica prestada aos agricultores familiares que cultivam o arroz de várzea deve levar em consideração um fator importantíssimo que é o preparo do solo. Este, por sua vez, precisa deixar uma faixa de vegetação natural à margem do rio, a fim de evitar, a erosão e a invasão de sementes de ervas daninhas ou de variedade estranha ao cultivar. Além disso, os beneficiários da ATER necessitam ser orientados acerca da limpeza da área onde será feita a plantação do arroz de várzea, normalmente nos meses de menor incidência pluviométrica.

Em segundo lugar aparece a mandioca com 20% das respostas dos agricultores familiares, como sendo uma das principais culturas agrícolas desenvolvidas nas comunidades Morada Nova e Lages. É um tipo raiz alimentícia capaz de produzir muitos produtos através dos seus diferentes modos de preparo, como é o caso da farinha.

Para Thomas *et. al.* (2016), a mandioca é de fácil adaptação, pois pode ser plantada em diferentes tipos de solos e temperaturas. Por esta razão, é encontrada em grande abundância em

todo o âmbito do território brasileiro. Ela está presente no cotidiano das refeições de muitos brasileiros devido aos nutrientes encontrados, como é o caso do cálcio, do magnésio, do fósforo, do potássio e da vitamina C, que são responsáveis pelo fortalecimento do sistema imunológico, bem como da região musculoesquelética.

A assistência técnica prestada aos agricultores familiares que produzem a mandioca deve levar em consideração os seguintes fatores: variedade das manivas, o espaçamento mais denso e o sistema de produção mais sustentável. A escolha do método adequado e eficaz interferirá na produção das manivas-semente, o que produz o efeito poupa-terra, no qual a maior produtividade reduz a necessidade de abertura de novas áreas para o plantio. Isso contribui para preservar e restaurar a vegetação nativa e reduz os custos com a operacionalização (EMBRAPA, 2023).

No tocante a piscicultura, percebeu-se durante as visitas *in loco* que também possui uma boa aceitação entre os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages. A criação de peixes comumente é realizada através de açudes e tanques de rede. Dentre as principais espécies criadas estão as seguintes: curimatá, branquinha, piaui, tucunaré, mampará, mandi, surubim.

Quando o assunto é a criação de peixes, a assistência técnica geralmente gira em torno de alguns cuidados que podem impactar diretamente no andamento do negócio, tais como: qualidade da água e o tipo de ração que deve ser ministrada. Geralmente a maior parte das águas naturais como por exemplo, citam-se os rios, os córregos e as nascentes possuem a qualidade necessária para a produção de peixes. Deve-se evitar águas com sinais de poluição e qualquer outro tipo de contaminação. A presença de peixes, geralmente, é um bom indicador de que a água é adequada para a piscicultura. Outro aspecto relevante é a ração para peixes, que deve obedecer a alguns aspectos como estágio de desenvolvimento e o tipo de espécie (SENAR, 2018).

Nesse sentido, destaca-se que durante a prestação de assistência técnica, o piscicultor deve ser orientado acerca das questões acima elencadas, assim como, de todas as outras que se fizer necessário. Por esta razão, torna-se importante ministrar capacitações práticas acerca da manutenção dos criatórios de peixes. Além disso, o planejamento estratégico das atividades e do modelo de gestão de negócios a ser implantado é de fundamental importância para evitar prejuízos.

Com relação ao feijão, que foi apontado como sendo uma das principais culturas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages,

alguns pontos são cruciais a serem observados no processo de assistência técnica como é o caso da irrigação, do solo, da temperatura e umidade.

Geralmente o cultivo do feijão requer um consumo de água que pode variar entre 250mm a 400mm por ciclo. Portanto, torna-se necessário um sistema de irrigação eficiente, pois o crescimento e a produtividade dependem desse requisito. Além disso, devem ser feita uma análise do solo acerca da calagem e adubação, pois conforme o resultado pode-se aplicar calcário. A temperatura não pode ser extremamente alta durante o dia e muito fria a noite, a umidade também precisa ser constante principalmente para que a semente possa germinar (EMBRAPA, 2023).

Apesar de um tipo de cereal muito presente nas refeições dos brasileiros, o feijão necessita de alguns cuidados especiais. Alguns detalhes são importantes para que a produção alcance resultados satisfatórios, daí a relevância do trabalho da equipe técnica que presta ATER, pois podem contribuir para que os agricultores familiares evitem erros e potencializem os acertos no desenvolvimento dessa cultura agrícola.

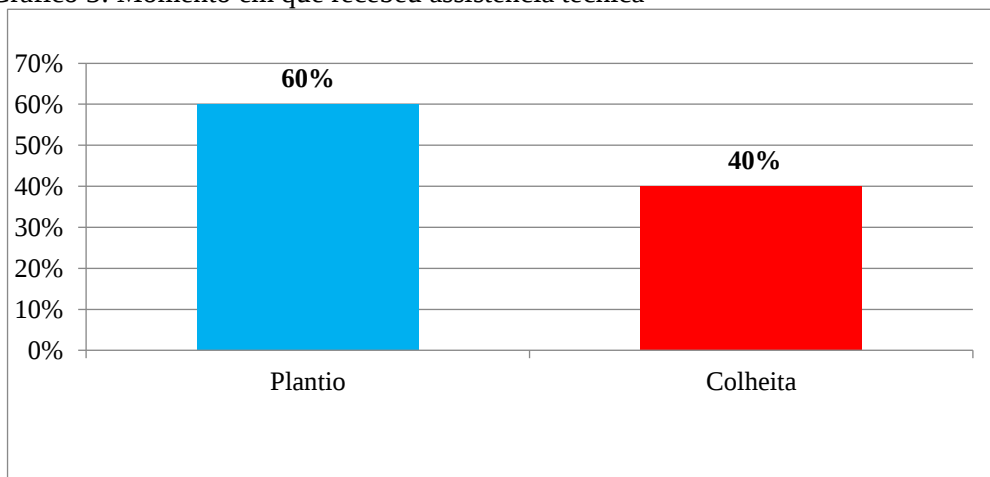
Verifica-se que as principais culturas desenvolvidas pelos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages requerem o emprego de diferentes orientações e capacitações técnicas. Ou seja, a prestação de ATER exige maior disponibilidade, dedicação e, sobretudo, continuidade por parte dos técnicos disponibilizados pelo governo estadual, durante uma determinada estimativa de tempo.

Vale ressaltar que durante o período da pesquisa de campo, não foi observado nenhum técnico do governo estadual prestando a devida assistência técnica aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages. Apesar de possuírem uma diversidade na sua produção agrícola, os agricultores basicamente trabalham sem nenhum acompanhamento técnico especializado. Diante disso, desenvolvem técnicas que aprenderam com os seus genitores ou amigos, o que muitas vezes foi possível observar que foge dos padrões agroecológicos.

Quando esse acompanhamento não acontece com frequência na prática, o agricultor familiar fica numa situação de vulnerabilidade para desenvolver o seu cultivo agrícola. A ausência ou a escassez de ATER induz o respectivo público-alvo a produzir de modo errôneo, causando com isso degradação ambiental e, consecutivamente, aumentando os seus custos. Além do mais corre sérios riscos de num determinado intervalo de tempo possa diminuir a fertilidade do solo devido o emprego de técnicas inadequadas para o desenvolvimento das suas culturas agrícolas. Isso consecutivamente está ligado ao aspecto social, na medida em que encontra dificuldades para produzir e comercializar, resultando no aumento da pobreza e da desigualdade social no campo.

Posteriormente, os agricultores familiares responderam em que momento receberam assistência técnica por parte das equipes de ATER do governo estadual, conforme pode ser observado no gráfico 3 abaixo ilustrado.

Gráfico 3: Momento em que recebeu assistência técnica



Fonte: Própria autoria. Pesquisa de Campo (2023).

De acordo com os dados do gráfico 3, observa-se que 60% dos agricultores familiares receberam “assistência técnica” por parte dos técnicos do governo estadual durante o plantio. Enquanto 40% relatou que recebeu a devida assistência na colheita.

Registra-se que a assistência técnica se caracteriza por ser uma prestação de serviço contínuo, que de fato atenda as reais necessidades do público-alvo. Apesar de muitos agricultores familiares terem relatado durante a pesquisa de campo, que a assistência técnica não aconteceu de modo contínuo, mas, sim, foi realizada basicamente com orientações superficiais e o levantamento de dados para colocar no sistema *Thehne Monitore*, isso foi feito durante o plantio.

Segundo Lazzaretti (2022), o momento do plantio requer muitos cuidados, principalmente quando se leva em consideração determinadas culturas agrícolas. É algo único porque ali é plantado não apenas a semente, mas, sobretudo, a esperança e o sonho do agricultor familiar, que depende do sucesso da sua lavoura para tirar o seu sustento e de seus familiares, como também comercializar o excedente da sua produção.

Diante disso, torna-se relevante destacar que os técnicos de ATER devem conceder algumas orientações de praxe aos agricultores familiares durante o plantio, tais como: tipo do solo, melhor época para fazer a plantação das sementes, os cuidados necessários para combater insetos e fungos, que são muito comuns em determinados tipos de cultura agrícola.

Por exemplo, cita-se que durante o plantio do feijão, o técnico que presta ATER aos agricultores familiares precisa orientá-los sobre alguns tipos de doenças que normalmente atinge esse tipo de cultura agrícola na fase da semeadura como é o caso da antracnose (presença de mancha e lesões escuras) e mofo-branco (fungo penetra na planta, deixando com a aparência embranquecida, sendo contagiosa). A forma de combater tais patologias é com o uso de inseticidas e maior espaçamento entre as sementes durante o plantio (CHINELATO, 2022).

Em determinadas situações o agricultor familiar sabe que algo precisa ser feito para combater a proliferação de certos fungos e bactérias na lavoura, principalmente nos primeiros meses após o plantio. Porém, a falta de conhecimento e de orientações adequadas de ATER contribui para que venha tomar decisões errôneas. Muitas delas, não possuem um baseamento científico, o que resulta em prejuízos acentuados.

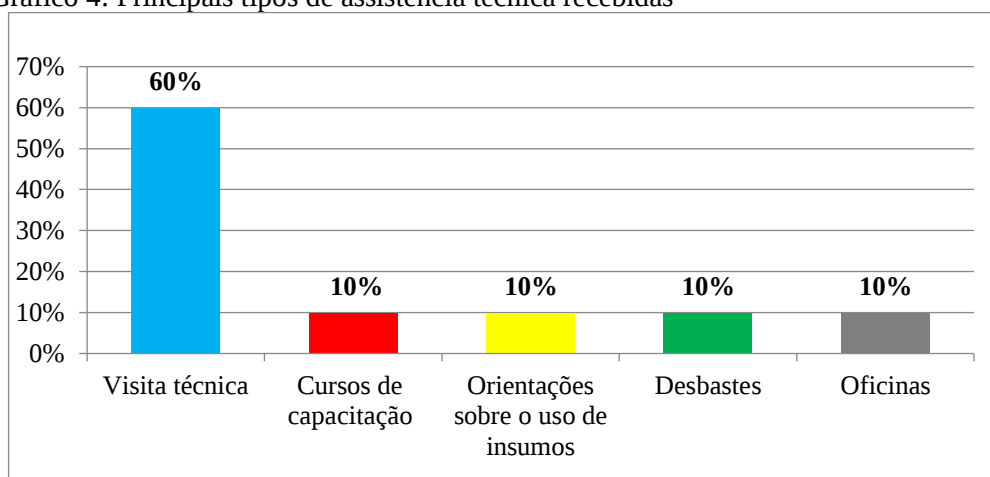
Com relação a ATER que é realizada durante a colheita, destaca-se que a orientação dada aos agricultores familiares é no sentido ficarem atentos à necessidade de limpeza e higienização dos equipamentos e dos utensílios que são utilizados nessa respectiva fase, tais como: luvas, tesouras, caixas, dentre outros. Além disso, é recomendado o uso de equipamentos de proteção individual para evitar acidentes e proporcionar maior segurança e qualidade na colheita (MEIRELES, 2019).

Paralelamente, deve-se tomar cuidados com o transporte, a logística, a armazenagem e a estocagem que são de fundamental importância para que o produto semeado pelo agricultor familiar mantenha as suas principais características e qualidade, pois tais aspectos contribuem para que possa levar vantagens sobre os seus concorrentes, no que diz respeito a comercialização dos seus produtos agrícolas (BEHUR, 2023).

Todos os cuidados acima elencados se fazem necessários com o objetivo de evitar contaminação dos produtos agrícolas pela falta de técnicas adequadas para fazê-la. De nada adianta possuir uma grande colheita e, posteriormente, obter prejuízos pela falta de utilização dos métodos corretos. Por mais simples e pequena que seja área, a colheita é tão importante quanto a fase de semeadura. Ambas estão diretamente ligadas e para as suas etapas sejam bem realizadas requer cuidados que muitas vezes passam despercebidos, mas, são essências para o agricultor familiar obter sucesso tanto na semeadura quanto na colheita.

Dando continuidade à pesquisa, os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim, responderam sobre qual o tipo de assistência recebida pelos técnicos de ATER do governo estadual, as principais respostas estão ilustradas no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Principais tipos de assistência técnica recebidas



Fonte: Própria autoria. Pesquisa de Campo (2023).

Conforme evidenciado no gráfico 4, as visitas técnicas foram apontadas pelos agricultores familiares (60%) das comunidades Morada Nova e Lages, como sendo o principal tipo de assistência técnica recebida pelo governo estadual.

De acordo com Bastos (2023, p. 43) o conceito de visita técnica no âmbito da ATER pode ser compreendido da seguinte maneira:

[...] método de atendimento periódico, programado e planejado previamente, utilizado para atendimento específico do público-alvo, a saber, os agricultores familiares, tendo como principal objetivo prestar assistência técnica a unidade de produção familiar, isto é, aos projetos agrícolas em desenvolvimentos, ou as organizações rurais que geralmente estão subdivididas em associações e cooperativas.

Diante do exposto, observa-se que o conceito de visita técnica abrange alguns elementos importantes, tais como: periodicidade, planejamento estratégico prévio, levantamento das reais necessidades da unidade de produção, conhecimento teórico e prático das culturas desenvolvidas na unidade de produção familiar e principalmente prestar alternativas e estratégias que podem ser implementadas para com vistas a solucionar os problemas encontrados e potencializar a produção agrícola.

O simples fato de o engenheiro agrônomo ou técnico agrícola chegar repentinamente na unidade de produção familiar e, posteriormente, colher dados e lançar numa plataforma digital e/ou dar algumas orientações básicas ao agricultor familiar não se configura como uma visita técnica e muito menos uma metodologia de ATER implementada (DELGROSSI *et al.*, 2023).

Durante a pesquisa de campo, vários agricultores familiares relataram que as visitas técnicas não acontecem de modo periódico. Muito pelo contrário, as denominadas “visitas técnicas” geralmente acontecem com um intervalo de tempo muito espaçoso, o que de fato não

atende as suas reais necessidades do agricultor familiar, principalmente no que diz respeito a sua unidade de produção. Esse é um problema que reflete diretamente em todo o processo de produção e colheita realizada pelo agricultor familiar, pois sem a devida assistência técnica por intermédio das visitas técnicas, a tendência é que utilize métodos rudimentares, ocasionando danos ao meio ambiente.

Em segundo lugar aparecem empatadas as variáveis cursos de capacitação e orientações sobre o uso de insumos, desbastes e oficinas, apresentando na pesquisa um percentual médio de 20% cada, como sendo os principais tipos de assistência técnica recebidas pelos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, por parte dos técnicos do governo estadual.

De acordo com Santos *et al.* (2023), os curso de capacitação se configuram como um tipo de metodologia de ATER, que visa capacitar a mão de obra local para determinados tipos de serviços a serem prestados. No caso do agricultor familiar, os cursos de capacitação reúnem elementos teóricos e práticos, tendo uma natureza exclusivamente educativa, com carga horária específica e possui como principal finalidade preparar o agricultor para utilizar ferramentas, desenvolver métodos de plantio e colheita, dentre outros objetivos, sempre com vistas a otimização de recursos e a sustentabilidade ambiental.

Segundo Vieira *et al.* (2015), as orientações sobre o uso de insumos também podem ser vistas e interpretadas como um tipo de assistência técnica prestada aos agricultores familiares, desde que tire as suas principais dúvidas e atenda às suas necessidades. Geralmente, as orientações sobre o uso de insumos acontecem no decorrer das visitas técnicas. Estas, por sua vez, acontecem com certa frequência. O uso de insumos abrange desde o tipo de adubo, inseticidas para combater pragas, dentre outros aspectos que envolvem a produção familiar do agricultor.

Os desbastes também é uma das muitas formas de assistência técnica que podem ser prestada ao agricultor familiar, pois está diretamente relacionada ao preparo da terra para receber o plantio. Para tanto, é realizada a remoção de árvores seguindo determinados critérios para favorecer o crescimento das remanescentes. Isso é de extrema importância que seja feito sob orientação de técnicos especializados para não causar danos ambientais e, consecutivamente, deixar o solo mais improdutivo ao longo do tempo (HORÁCIO, 2020).

Ressalta-se que a terra é um dos bens mais preciosos do agricultores familiar, que precisa bem utilizá-la para atender as suas necessidades e de seus familiares quanto a produção e a comercialização dos seus produtos agrícolas. Ou seja, a assistência técnica é responsável por levar desenvolvimento agrícola e social e consecutivamente melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar.

Portanto, o desenvolvimento do agricultor familiar e de sua propriedade agrícola está diretamente relacionado a fomentação de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, principalmente em localidades caracterizadas pela pobreza e grandes desigualdades sociais. Isso se torna um desafio porque é preciso fazer com as referidas ações de governo cheguem nas comunidades rurais e, que estas sejam compatíveis com as reais necessidades. De nada adianta fomentar uma política pública generalizada, que não vá atender as expectativas dos agricultores familiares. Diante disso, o processo de escuta se torna tão importante nesse contexto.

No tocante as oficinas, Bastos *et al.* (2023) destaca que é uma forma de prestar assistência técnica aos agricultores familiares muito parecida com os cursos de capacitação. Porém, esse método de ATER é caracterizado pela formação de um espaço coletivo, normalmente é abordado um assunto de interesse comum para construção de um produto final, cujas expectativas dos agricultores familiares sejam plenamente satisfeita. Num primeiro momento apresenta-se o problema e no decorrer da oficina é construído coletivamente a solução.

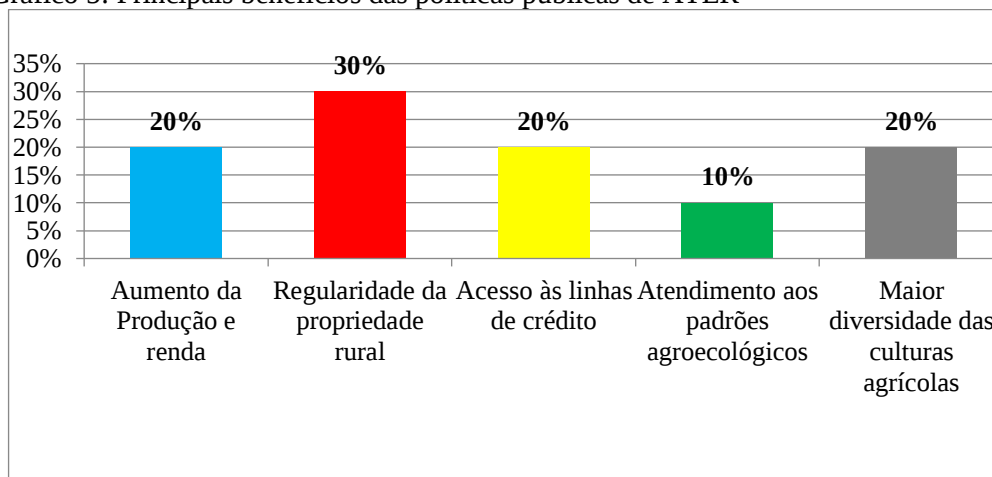
Registra-se que durante a pesquisa de campo os agricultores familiares pesquisados relataram que muito raramente receberam como assistência técnica, a realização de oficinas, desbastes, cursos de capacitação e orientações sobre o uso de insumos, a forma mais praticada pelos técnicos do governo do estadual são as “visitas técnicas”, que são praticamente escassas e não atendem as suas necessidades.

Convém destacar que independentemente da metodologia de ATER a ser desenvolvida junto aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, essas precisam atender as suas necessidades. Registra-se ainda, que durante o período da pesquisa de campo não foi notada a presença de nenhum órgão de fiscalização e controle nas referidas comunidades, o que denota um descaso do Estado em garantir pelo menos o mínimo existencial aos agricultores familiares no tocante aos serviços de assistência técnica e extensão rural de qualidade

Diante disso, fica evidente a importância de se fazer um planejamento prévio e, sobretudo, conhecer a realidade de cada propriedade rural visitada e as suas respectivas demandas. Somente com base nessas informações, tornar-se-á possível fomentar políticas públicas de assistência técnica e extensão rural eficazes. O sucesso da sua implementação passa impreterivelmente por esses aspectos preliminares.

Por fim, os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim, responderam quais foram os principais benefícios das políticas públicas de ATER implementadas pelo governo do Estado do Maranhão, conforme pode ser evidenciado no quadro 5 abaixo ilustrado.

Gráfico 5: Principais benefícios das políticas públicas de ATER



Fonte: Própria autoria. Pesquisa de Campo (2023).

Segundo dados do gráfico 5, observa-se que a regularidade da propriedade rural foi apontada por 30% dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, como sendo o principal benefício das políticas públicas de ATER implementadas pelo governo do Estado do Maranhão.

De acordo com Gonçalves e Vale (2021), a assistência técnica e a extensão rural é uma metodologia muito abrangente, isto é, poderá possuir diferentes linhas de atuação, conforme a necessidade de cada agricultor familiar. Assim sendo, destaca-se que em muitos casos os engenheiros agrônomos ou técnicos agrícolas costumam orientar, bem como auxiliar o agricultor familiar a regularizar a sua propriedade rural familiar, isto é, o seu imóvel rural, com o objetivo de alcançar algumas benesses que estão previstas em lei, como, por exemplo, cita-se o acesso as linhas de crédito nas instituições financeiras.

Um bom exemplo a ser citado, é a regularização dos imóveis rurais feitas nas respectivas comunidades por técnicos da Secretário de Estado da Agricultura Familiar (SAF/MA) através do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este, por sua vez, se configura como um registro público eletrônico nacional, que passou a ser obrigatório com a publicação da Lei Federal nº 12.615/2012, que estabelece normas gerais de vegetação nativa. Dessa forma, o CAR objetiva integrar as informações das propriedade rurais, compondo a base de dados para controle,

monitoramento e planejamento das políticas públicas, sendo um documento indispensável ao agricultor familiar que deseja acessar as linhas de crédito.

A regularização do imóvel rural é de fundamental importância para que o agricultor familiar tenha a segurança jurídica que aquele bem é seu propriamente dito, estando dessa forma, ciente de que ninguém poderá se apropriar dele. Essa segurança jurídica também acaba sendo um incentivo para que se faça melhorias e principalmente busque potencializar a sua produção e comercialização, aumentando a sua renda e proporcionando mais qualidade de vida à sua família (TYBUSCH; BERTONCELLI, 2022).

Posteriormente, aparecem empatadas as seguintes variáveis: aumento da produção, acesso às linhas de crédito, maior diversidade das cultura agrícolas, apresentando na pesquisa um percentual médio de 20% cada.

Uma das principais finalidades da assistência técnica prestada junto aos agricultores familiares é aumentar a sua produtividade agrícola. Geralmente o meio rural é caracterizada por uma rotina de trabalho dura, longas jornadas de trabalho, dependência dos recursos naturais, tais como: chuva, solo fértil, calor, dentre outros. O acompanhamento feito pelos profissionais da agronomia (engenheiro agrônomo e técnico agrícola) é justamente no sentido de ensinar e orientar o agricultor familiares acerca de como pode melhorar a sua produção e ser inserido no processo de comercialização (LAZZARETTI, 2022)

Vale ressaltar que atualmente, o governo do Estado do Maranhão tem desenvolvido a política pública denominada Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fundamentalmente é baseada na compra da produção agrícola dos agricultores familiares e destinada às escolas, hospitais, creches, dentre outras instituições públicas. É uma forma de proporcionar uma maior dinâmica a economia local e ao agricultor familiar de modo mais específico ser inserido no roteiro da comercialização, pois agora possui um comprador certo para sua produção (SAF/MA,2023).

A assistência técnica prestada viabiliza ao agricultor familiar aumentar a sua diversidade de produção. Vale ressaltar que atualmente existem métodos agrícolas que desenvolvem diferentes cultivos em ciclos. Por exemplo, cita-se o mandala, que é um sistema de produção baseado na tecnologia social em forma circular, numa área de aproximadamente 2500m² em que diferentes cultivos são produzidos, levando em consideração dos princípios agroecológicos (SOUSA, 2015).

Durante a pesquisa de campo, observou-se que alguns agricultores familiares possuem diferentes cultivos agrícolas na sua propriedade rural, porém, como a assistência técnica não acontece com regularidade, muitos não desenvolvem a sua produção com base nos princípios

de sustentabilidade ambiental. Este, por sua vez, é um dos principais problemas que a escassez ou a inexistência da ATER ocasiona ao agricultor familiar e ao meio ambiente numa perspectiva macro.

Ressalta-se que apenas 10% dos agricultores familiares pesquisados relatou que o atendimento aos padrões agroecológicos é o principal benefício da assistência técnica recebida pelo governo do Estado do Maranhão.

Muitos agricultores familiares obtiveram conhecimentos sobre a posse e o uso da terra perpassado pelos seus pais ou familiares. A partir daí deram continuidade ao desenvolvimento de cultivos agrícolas utilizando técnicas e/ou ferramentas metodológicas ainda muito rudimentares, que exploram os recursos naturais sem muita preocupação com a sustentabilidade como, por exemplo, cita-se a roça no toco, que utiliza a queimada para mudanças de ciclos de produção (PICOLOTTO, 2022).

A assistência técnica e a extensão rural visa exatamente levar conhecimento teórico e prático ao agricultor familiar para que venha utilizar o solo e os demais recursos naturais de modo sustentável. Isso é de fundamental importância para garantir o uso do seu bem (propriedade rural) às futuras gerações. Quanto menos degradação for causada, a tendência é que a fertilidade do solo continue e o agricultor consiga produzir as suas culturas sem maiores dificuldades, tendo assim, um ciclo duradouro (ALTIERI, 2022).

Enfim, são muitos os benefícios que a assistência técnica e a extensão rural poderá proporcionar ao agricultor familiar. Muito embora, as políticas públicas de ATER fomentadas pelo governo estadual maranhense cheguem com muita dificuldade aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, no município de Pindaré-Mirim, ainda assim é possível perceber poucas melhorias na qualidade de vida do agricultor familiar.

Diante disso, torna-se pertinente criar estratégias para que as políticas públicas de ATER sejam mais frequentes nas comunidades supracitadas. Para tanto, será preciso que o governo estadual veja a agricultura familiar como uma política pública prioritária, levando em consideração que o Estado possui como principal atividade econômica a agropecuária (IBGE, 2022).

Quanto mais políticas públicas de ATER forem planejadas e fomentadas segundo as reais necessidades dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, a tendência é que resultados mais significativos apareçam e, posteriormente, haja uma melhoria na qualidade de vida do respectivo público-alvo, diminuindo assim as desigualdades sociais.

5 CONCLUSÃO

O presente buscou analisar as consequências da política pública de assistência técnica aplicada pelo governo do Estado do Maranhão aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim/MA, tendo em vista diminuir as desigualdades sociais no campo. Assim sendo, foi possível observar que ao longo dos anos houve uma articulação dos movimentos socioterritoriais com o objetivo de cobrar as diferentes esferas de governo por uma extensão rural que aumentasse a segurança alimentar. Isso consecutivamente resultou na criação de órgãos públicos como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, posteriormente, na fomentação de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, com vistas a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar e diminuição dos altos índices de insegurança alimentar no país.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é que no decorrer do tempo as políticas públicas de ATER sofreram um processo de desmonte, principalmente pela desestruturação dos órgãos públicos anteriormente criados como é o caso do extinta EMATER/MA e pela descontinuidade das políticas referidas políticas públicas. Isso resultou em perdas significativas ao agricultor familiar, que ficou marginalizado, ou seja, sem possuir acesso a várias políticas públicas de assistência técnica e extensão rural anteriormente criadas. Vale ressaltar que a ausência ou praticamente inexistência das políticas de ATER contribuem para aumentar as desigualdades sociais no campo, sobretudo, no que diz respeito a baixa produção comercialização e renda do agricultor familiar. Além de acentuar o processo de degradação ambiental.

Com base na pesquisa de campo realizada constatou-se que a maior parcela dos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim é composto por indivíduos do sexo masculino, com idade equivalente ao intervalo entre 45 e 54 anos. Possuem baixo nível de escolaridade, a maioria possui no máximo o ensino fundamental e renda média mensal da família de um salário mínimo. A partir desses dados que denotam o perfil sóciodemográfico do respectivo público-alvo, percebe-se que a desigualdade social no campo é um problema sério, que necessita ser enfrentado como prioridade pelas diferentes esferas de governo, sobretudo, através da criação de políticas públicas que de fato atendam as reais necessidades dos agricultores familiares e não apenas implementar ações sem antes primeiramente ouvir as comunidades agrícolas.

Cumprе destacar que durante a pesquisa de campo, a maior parcela dos agricultores familiares ressaltou ter recebido assistência técnica por parte da equipe do governo estadual,

sendo que atualmente, o referido serviço é realizado por técnicos da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP/MA), que é o órgão do governo do Estado do Maranhão responsável pelos serviços de ATER. O principal tipo de assistência técnica recebida foram as visitas técnicas realizadas principalmente na fase do plantio.

Contudo, observou-se que as “visitas técnicas” recebidas pelos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages por parte da equipe técnica do governo estadual não pode ser considerada na íntegra uma metodologia de ATER. Isso se justifica principalmente pela ausência de um planejamento prévio, não existe uma frequência regular e, sobretudo, não atende muitas das vezes as reais necessidades dos agricultores familiares. Geralmente, as visitas técnicas realizadas pelos técnicos da AGERP/MA são baseadas no colhimento de dados e/ou informações acerca da propriedade rural e em seguida são alimentadas no Sistema Tekhne Monitore.

Além disso, a AGERP/MA enquanto órgão oficial de ATER do governo estadual maranhense apresenta uma série de dificuldades e limitações, sobretudo, no que diz respeito a sua infraestrutura e pessoal para atender as necessidades dos agricultores familiares dos 217 municípios do Maranhão. Essa realidade contribui para a baixa qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos agricultores familiares e, consecutivamente, contribui para potencializar as desigualdades sociais do campo.

Diante do exposto, torna-se necessário reestruturar a AGERP/MA, qualificar a sua equipe técnica para que os serviços de ATER alcance os agricultores familiares e, posteriormente, atendam às suas reais necessidades. Enquanto isso não acontecer na prática, a tendência é que os agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages, localizadas no município de Pindaré-Mirim não recebam na prática uma assistência técnica de qualidade, o que muito contribui para o aumento da desigualdade social no campo.

Portanto, conclui-se a presente pesquisa ciente de que ainda existe um longo caminho a ser percorrido no sentido de diminuir as desigualdades sociais no campo, principalmente quando se leva em consideração a realidade do agricultor familiar de muitas comunidades rurais do Maranhão, como é o caso de Morada Nova e Lages. A mudança perpassa obrigatoriamente pela prestação de uma ATER de qualidade, sendo este um desafio do poder público, da instituições de ensino e da sociedade civil. A soma de sinergias entre esses atores poderá viabilizar um maior atendimento das necessidades dos respectivos agricultores maranhenses.

Diante do exposto, são feitas algumas sugestões e/ou recomendações mediante as problemáticas apontadas a seguir. Estas, por sua vez, não são nenhuma novidade para os estudiosos e interessados na área de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, com ênfase

dada aos desafios dos agricultores familiares nas comunidades Morada Nova e Lages, frente a desarticulação das políticas públicas de ATER no município de Pindaré-Mirim/MA. Entretanto, serve para caracterizar algumas das demandas resultantes da pesquisa.

a) Criação do Conselho Local de ATER – a proposta de criação do referido conselho surge diante da necessidade de reunir todos os interessados no desenvolvimento de estratégias que visem a melhoria da fomentação de políticas públicas de ATER às comunidades de Morada Nova e Lages, no município de Pindaré-Mirim/MA

Para tanto, faz-se necessário reunir o poder público (representado pela essencialmente pela Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, dentre outros); as instituições de ensino superior e aquelas destinadas aos programas agrícolas (Escola Familiar Agrícola) e representantes da sociedade civil (sindicatos, associações e cooperativas).

Todos esses atores irão somar sinergias no sentido de levantar dados e/ou informações sobre as reais necessidades das comunidades Morada Nova e Lages para posteriormente desenvolver as políticas públicas de ATER, além de obrar e fiscalizar o poder público no cumprimento da sua de suas tarefas em relação aos investimentos em assistência técnica que se constitui num importante mecanismo de valorização da agricultura familiar e, consecutivamente, colabora para diminuição das desigualdades sociais do campo.

b) Estabelecer parcerias com outras instituições: os resultados da pesquisa evidenciaram a escassez de assistência técnica aos agricultores familiares das comunidades Morada Nova e Lages. Diante disso, torna-se necessário estabelecer parcerias com outras instituições como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e até mesmo com instituições privadas para que a assistência técnica e a extensão rural sejam ofertadas aos agricultores familiares e, assim, consigam potencializar a sua produção, serem inseridos no mercado e obter mais renda, melhorando assim, a sua qualidade de vida e diminuindo a desigualdade social no campo.

c) Maior atuação dos órgãos de fiscalização e controle; torna-se inadmissível que muitos agricultores familiares fiquem marginalizados, ou praticamente invisíveis, no sentido de não terem acesso às políticas públicas, que servem para efetivar alguns dos seus principais direitos fundamentais. A maior atuação dos órgãos de fiscalização e controle como os Conselhos Estaduais e Ministério Público é no sentido de receber denúncias quanto a omissão do Estado em fomentar políticas públicas de ATER de qualidade aos agricultores familiares. A fiscalização e controle quanto a implementação de políticas públicas de ATER são necessários

para garantir o mínimo existencial aos agricultores familiares, pois os seus direitos necessitam ser respeitados na sua essência.

Vale ressaltar que estas são apenas recomendações de caráter sugestivo para que haja uma melhoria nos dados relativos à prestação de assistência técnica aos agricultores familiares por parte do governo maranhense e, consecutivamente, diminua as desigualdades sociais no campo. A realidade encontrada na pesquisa de campo e observada in loco nas comunidades Morada Nova e Lages é apenas uma amostra do que acontece em muitas comunidades rurais no país. Portanto, tais recomendações podem ser interpretadas como nuances diante do muito que ainda se possa fazer para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

AGERP/MA, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural. **Estrutura da AGERP**. Publicado em: 01/03/2023. Disponível em <<https://agerp.ma.gov.br/escritorios-Agerp>>. Acesso em: 04 de abr./2023.

AGERP, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão. **Governo Federal e Governo do Maranhão, por meio da AGERP/MA celebram acordo em benefício de agricultoras familiares maranhenses**. Publicado em: 16/08/2023. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/noticias/governo-federal-e-governo-do-maranhao-por-meio-da-agerp-celebram-acordo-em-beneficio-de-agricultoras-familiares-maranhenses#:~:text=Todas%20as%20mulheres%20que%20integrarem,representou%20o%20ministro%20Paulo%20Teixeira>>. Acesso em 21 de ago/2023.

ALMEIDA, Suênia S. R. *et al.* A descentralização da Política Nacional de ATER: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no nordeste mineiro – Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**. Vol. 22, nº 3, Uberlândia/MG, 2010. p. 551 – 560.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo/SP; Saravia, 2022.

ARAÚJO, Luís A; TOREZAN, Luíz. Urbanização e envelhecimento da população na perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil. **XII Encontro de Economia Catarinense**. Lages/SC, 2018. Disponível em: <https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Artigos/Urbanizacao_envelhecimento.pdf>. Acesso em: 23 de fev./2024.

BASTOS, Márcia P. T. *et al.* **Metodologia de ATER com enfoque participativo EMATER/PA**. Belém/PA, 2023. 96p.

BEHUR, Severo. **Cuidados na pós-colheita: armazenamento do arroz**. Publicado em: 28/03/2023. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pet/agronomia/2023/02/27/cuidados-na-pos-colheita-armazenamento-do-arroz>>. Acesso em: 03 de mar./2024.

BEZERRA, Gleicy J.; SCHLINDWEIN, Madalena M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados/MS Brasil, **Revista Interações**. Vol. 18, nº 1, Campo Grande/MS, 2017. p. 3 - 15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/rbSvyMDjy8vWQq8KPmwXCMd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de fev./2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar. **Chamada Pública ATER para Mulheres Rurais**. Publicado em: 10/04/2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/aberta-chamada-publica-de-ater-para-mulheres-rurais>>. Acesso em: 22 de fev./2024.

BRASIL, Ministério da Economia. **A participação da agricultura familiar no PIB brasileiro**. Brasília/DF, 2020.

BRITO, Marisa; BERALDO, Keile A.; SOUSA, Diego N. de. Estrutura produtiva da agricultura familiar no Maranhão: comparação entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. **Revista Sociedade e Desenvolvimento**. Vol. 9, nº 9. São Paulo/SP, 2020. p. 1 – 23.

BUENO, Silvera. **Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa**. Ed. Saraiva, São Paulo/SP, 2018.

CHINELATO, Gressa. **11 doenças do feijão como controla-las na lavoura**. Publicado em: 08/12/2020. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/doencas-do-feijao/>>. Acesso em: 05 de mar./2024.

CRUZ, Claudete R. **Percepção e territorialidade no parque Itambé em Santa Maria/RS**. Tese de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociência. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria/RS, 2019. 114p.

CUNHA, Caio C. Território uma estratégia às políticas sociais. **Revista NOGEO da UERJ**. Vol. 10, nº 5. Rio de Janeiro/RJ, 2020. p. 1 – 15.

DELGROSSI, Mauro E. *et. al.* O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural II**. Vol. 62, nº 2. São Paulo/SP, 2023. p. 1 – 13. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/mGvx7gCXLSSLSSVsS3mvN6F/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 de fev./2024.

DIAS, José P. A. **Regaste histórico da ação e dos resultados da extensão rural oficial do Maranhão (ACAR/EMATER-MA)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís/MA, 2007.86p.

DINIZ, Raphael F. Paradigmas da extensão rural em questão: a política extensionista como fábula, como perversidade e como possibilidade. **Revista de Agronomia da UNESP**. Vol. 10, 5nº. São Paulo/SP, 2022. P. 461 – 481.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de Produção para produção de arroz e várzea**. Belém/PA, 1977. Disponível em: <ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/44487/1/SID-DOCUMENTOS-115-SISTEMA-DE-PRODUCAO-PARA-ARROZ-EM-VARZEAS-CDU-633-18.pdf>. Acesso em: 02 de mar./2024.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **ATER Digital: informações e dicas sobre o cultivo e produção do feijão**. Publicado em: 26/07/2023. Disponível em: <<https://www.hubtechfamiliar-h.cnptia.embrapa.br/web/feijao-caupi>>. Acesso em: 03 de mar./2024.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mandioca e fruticultura**. Publicado em: 01/02/2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca>>. Acesso em: 03 de mar./2024.

FERNANDES, Bernardo M.; PEREIRA, M. M. **Desenvolvimento territorial e a questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2016.

FERREIRA, Maria S. N. *et. al.* Territórios e a rede do crime organizado no Rio de Janeiro. **XVIII ENANPUR**. Natal/RN, 2019. p. 1 – 24.

GONÇALVES, Rafael S.; VALE, Josiane do. Propriedade coletiva e regularização fundiária: o caso da usucapião especial urbana coletiva da Chácara do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro/RJ, **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Vol. 13, nº 2. Rio de Janeiro/RJ, 2021. p. 1 – 15. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/urbe/a/4TdDQRzDWn6cDWCjWkZsG8R/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em>: 05 de mai./2024.

GREGOLIN, Marcos R. P. *et. al.* O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e sua Operacionalização no Centro Sul do Paraná. **Revista Científica da Fundação Nacional de Ituverava**. Vol. 12, nº 1. Curitiba/PR, 2015. p. 1 – 10.

HENNERICH, Juçara E. Conexões entre assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar. **Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Propostas de Reforma Agrária – NERA**. Vo. 25, nº 62. Presidente Prudente/SP, 2022. P. 135 – 157.

HORÁCIO, José G. **Desenvolvimento rural: políticas públicas e desafios socioeconômicos**. São Paulo/SP: Atheneu, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sobre a produção de alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro/RJ, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro/RJ, 2022.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Domicílios maranhenses em situação de insegurança alimentar**. São Luís/MA, 2022.

KEESING, Roger. **Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea**. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2014.

KISCHEL, Elisângela *et. al.* Efeito do nitrogênio em genótipos de arroz cultivados em várzea úmida do Estado do Tocantins. **Revista CERES**. Vol. 58, nº 1. Viçosa/MG, 2011. p. 84 – 89. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rceres/a/Qjs734rLLByfJ5HfvpS7Y3s/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 02 de mar./2024

LAZZARETTI, Everton P. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Rio de Janeiro/RJ: Appris, 2022.

LOPES, Marcelo. S. **Ambiente e territórios: uma introdução à ecologia política**. Belo Horizonte/MG: Moderna, 2019.

LUCCI, Elian. **Geografia território e sociedade no mundo globalizado**. São Paulo/SP: Saraiva, 2017.

MACIEL, Samuel de Jesus O. **Assistência técnica para o desenvolvimento rural: o caso do território rural Campos e Lagos/MA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís/MA, 2018. 104p.

MARTINS, Bela Mariana J. Novas perspectivas das relações gênero por meio da agricultura familiar: o caso do grupo MOBI. **Caderno de Estudos Interdisciplinares (CEI)**. Edição Especial. III Congresso ICSA. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/rafael.martins/Downloads/536-Texto%20do%20artigo-3403-1-10-20190307.pdf>. Acesso em: 21 e fev./2024.

MATTOS JÚNIOR, José S. de. **O entrosamento das políticas agrárias no Maranhão: encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente/SP, 2010. 322p.

MEIRELLES, Hildo. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Paulo/SP: Papirus, 2019.

MENDONÇA, Claudio. *et. al.* **Território e sociedade no mundo globalizado**. São Paulo/SP: Ática, 2018.

MORAES, Antônio C. R. **Território e espaço no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2022.

MOTA, Isabella C. **Políticas públicas no Brasil**. São Paulo/SP: Lumen Juris, 2020.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito Constitucional**. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 2018.

NASCIMENTO, João E. B. *et. al.* As desigualdades sociais na produção do espaço e os desafios do rural contemporâneo. **Revista GEOPAUTA**. Vol. 1, nº 3. Salvador/BA, 2017. P. 99 – 121.

OLIVEIRA, Marcelo F. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo/SP: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Emanuelle S. **Acerca das relações entre o desenvolvimento territorial, destacadamente os territórios de idade e a economia solidária. Monografia apresentada ao curso de Economia**. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador/BA, 2016. 54p.

OLIVEIRA, Márcia F. *et. al.* Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba/SP e Uberlândia - MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 59, nº 2. São Paulo/SP, 2021. p. 1 - 19. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/rqJZYn8tbSbMnF9CgDXwbQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 23 de fev./2024.

PICHET, Sara F.; CHAGAS, Priscilla B. Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do grupo Maternati. **Caderno EBAPE**. Vol. 16, nº 04. Rio de Janeiro/RJ, out.2018.

PICOLLOTO, Everton L. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação**. Belo Horizonte/MG: moderna, 2022.

RBPSSA, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **Dados sobre a insegurança alimentar no Brasil, caso do Maranhão**. Rio de Janeiro/RJ, 2022

ROCHA, Betty N.; PERAFÁN, Mireya E. GT 10 Des (continuidade) e o desmonte de políticas públicas e suas repercussões nos territórios. **Rede de Estudos Rurais**. Curitiba/PR, 2020.

RODRIGUES, Pedro C. Os desafios para implementar políticas públicas no campo. **Revista Brasileira de Agronomia**. Vol. 64, nº 42. Brasília/DF, 2018. p. 1345 – 1256.

SAF/MA, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. **Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não-Rebolsável nº 17.2.0765.1 celebrado entre o BNDES e o Governo do Estado do Maranhão**. São Luís/MA, 2018.

SAF/MA, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é lançado no Maranhão**. Publicado em: 18/08/2023. Disponível em: <<https://saf.ma.gov.br/noticias/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-e-lancado-no-maranhao>>. Acesso em: 05 de mai./2024.

SAF/MA, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. **Relatório de Gestão do Plano Mais IDH**. São Luís/MA, 2020.

SAF/MA, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. **Relatório da Agricultura Familiar no Maranhão: principais cultivos**. São Luís/MA, 2023.

SANTOS, Dayvison H. S. *et. al.* A percepção dos técnicos de extensão rural sobre as dificuldades na gestão da agricultura familiar no Estado do Amazonas. **Revista Foco**. Vol. 16, nº 6. Curitiba/PR, 2023. p. 1 - 20. Disponível em: <<file:///E:/Mestrado/Artigo%2010%20-%20Santos%202023%20Danos%20da%20aus%C3%Aancia%20de%20ATER.pdf>>. Acesso em: 29 de fev./2023.

SANTOS, Frederico F. **A soberania na Constituição Federal de 1988**. Publicado em: 24/01/2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46052/a-soberania-na-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 09 de mar./2023.

SCHIMITT, Claudia J. *et. al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças estruturais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio Janeiro/RJ, 2022.

SCHIAVO, Andressa *et. al.* A evolução do endividamento das famílias de agricultores do município de Catuípe/RS entre 2006 e 2016. **XXIV Seminário de Iniciação Científica**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2016.

SEDIHPOP, Secretaria de Estado de Direito Humanos e Participação Popular. **Relatório do Programa Mais IDH**. São Luís/MA, 2017.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Psicultura em tanques escavados**. Rio de Janeiro/RJ, 2018. 76p. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/209-VIVEIROS-ESCAVADOS.pdf>>. Acesso em: 03 de mar./2024.

SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. **Relatório Orçamentário-Financeiro do 1º Semestre**. São Luís/MA, 2023.

SETUR/MA. Secretaria Estadual do Turismo. **Rota das Emoções**. São Luís/MA, 2019.

SILVA, João M. P. **Territórios**. Revista Ciências Sociais – Série Estudos e Ensaios. Vol. 10, nº 5. Rio de Janeiro. 2019. p. 1 – 10.

SILVA, Marlon L.; ZAGURY, Helena L. T. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/MA. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Vol. 9, nº 1. Brasília/DF, 2017. p. 96 – 109.

SILVEIRA, Maria. L. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In SILVA, Cátia A.; CAMPOS, Andreilino (Org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, 2011, p. 23-38.

SOUSA, Chirlene P. **Relatório das atividades de campo do grupo GEDITE no município de Pindaré-Mirim/MA**. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís/MA, 2022. 10p.

SOUSA, Maria A. A. **O sistema de produção mandalas implantado no assentamento Acauão no município de Aparecida/PB**. Monografia apresentada ao curso de Geografia, Universidade Federal de Capina Grande – UFCG. Cajazeiras/PB, 2015. 56p. Disponível em: <<https://www.cfp.ufcg.edu.br/geo/monografias/MARIA%20APARECIDA%20DE%20SOUSA%20ALIPIO.pdf>>. Acesso em: 05 de mai./2024.

SOUZA, Sidimara C. de; BRANDÃO, André. A agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro: uma breve análise sobre o papel das mulheres. **Revista Gênero**, Vol. 3, nº 1, Niterói/RJ, 2022. P. 149 – 168. Disponível em: <<file:///C:/Users/rafael.martins/Downloads/57128-Texto%20do%20Artigo-200495-1-10-20230126.pdf>>. Acesso em: 22 de fev./2024.

STURMER, Arthur B.; COSTA, Benhur P. da. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**. Vol. 21, nº 3. São Paulo/SP, 2017. 50 – 60.

TENÓRIO, Lúcia C. S. *et. al.* A extensão rural e o desenvolvimento sustentável: avanços e desafios para a implementação efetiva da PNATER. **Revista Científica Agrária do Sertão Pernambucano**. Vol. 1, nº 1. Recife/PE, 2022. P. 16 – 26. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221010597.pdf>>. Acesso em: 25 de fev./2024.

THOMAS, Paula C. Exigências nutricionais da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) X **Encontro de Iniciação Científica Alimentando o Brasil**. Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). Belo Horizonte/MG, 2016. Disponível em: <https://unifimes.edu.br/filemanager_uploads/files/documentos/semana_universitaria/xi_sema>

na/artigos/exatas/EXIGENCIAS%20NUTRICIONAIS%20DA%20MANDIOCA.pdf>.
Acesso em: 04 de mar./2024.

TYBUSCH, Francielle B.; BERTONCELLI, Mariana S. dos; O cadastro ambiental rural como instrumento de regularização dos imóveis rurais. **Revista da Faculdade de Direito da UFSM**. Vol. 46, nº 1. Santa Maria/RS, 2022. p. 1 – 32. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/51652/39457>>. Acesso em: 05 de mai./2024.

VELOSO, Tatiana R.; SILVA, Ronalda B. Território rurais e extensão: contribuições para o desenvolvimento rural. **Revista Extensão & Sociedade UFRN**. Ed. Especial Comemorativa dos 60 anos. Natal/RN. 2018. p. 101 - 12

VIEIRA, Sílvia C. *et. al.* Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**. Vol. 1, nº 01. Goiânia/GO, 2015. p. 1 – 22.

APÊNDICES



Universidade Estadual do Maranhão
 Coordenação de Pós-Graduação - CPG
 Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do
 Espaço - PPGeo

QUESTIONÁRIO

1º) **Sexo:** () Masculino () Feminino.

2º) **Faixa Etária:** () Até de 24 anos () de 25 à 34 anos () de 35 à 44 anos
 () de 45 à 54 anos () de 55 à 64 anos () Acima de 64 anos

3º) **Nível de Escolaridade:**

() Não sabem ler e escrever () Nunca frequentaram escola () Frequentaram até a alfabetização
 () No máximo, o ensino fundamental () No máximo, até o ensino médio

4º) **Renda Média Mensal:**

() Até 1 salário mínimo () Entre 1 e 2 salários mínimos
 () Entre 2 e 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos

5º) **Recebeu assistência técnica por parte dos técnicos do governo estadual?** () Sim () Não.

6º) **Qual a principal cultura desenvolvida?**

() Arroz de várzea () Farinha () Mandioca () Psicultura () Outras. Quais? _____

7º) **Recebeu assistência técnica durante o processo de plantio e/ou colheita?**

() Sim () Não

8º) **Que tipo de assistência técnica você recebeu?**

() Visita técnica () Cursos de capacitação () Orientações sobre uso de insumos
 () Desbastes () Oficinas

9º) **Quais as dificuldades encontradas em receber assistência técnica?**

() Dificil acesso as áreas de plantio () Escassez de técnicos
 () Desinteresse dos governantes () Falta de fiscalização

10º) **Quais os benefícios das políticas públicas de ATER fomentadas pelo governo do Estado do Maranhão?**

() Aumento da produção e renda () Atendimento aos padrões agroecológico
 () Regularidade da propriedade rural () Maior diversidade
 () Acesso às linhas de crédito

Conversa com lideranças da comunidade Morada Nova



Roda de conversas com representantes da comunidade Lages



Plantação de milho – Comunidade Morada Nova
